



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL**

**A INCLUSÃO DE EDUCANDOS(AS) COM NECESSIDADES
EDUCATIVAS ESPECIAIS NO TERRITÓRIO DO SERTÃO DO CANINDÉ:
DESAFIOS DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO CAMPO**

Gerusa Maria de Souza Fernandes

Orientadora: Maria do Socorro Silva

Campina Grande – PB.

Novembro / 2007

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL**

**A INCLUSÃO DE EDUCANDOS(AS) COM NECESSIDADES
EDUCATIVAS ESPECIAIS NO TERRITÓRIO DO SERTÃO DO CANINDÉ:
DESAFIOS DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO CAMPO**

GERUSA MARIA DE SOUSA FERNANDES

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Rural na parceria UFCG/SDT como requisito parcial para obtenção do título de especialista em Desenvolvimento Rural sob orientação da Professora Maria do Socorro Silva.

Campina Grande, Novembro de 2007.



F363i

Fernandes, Gerusa Maria de Souza.

A inclusão de educandos(as) com necessidades educativas especiais no Território do Sertão do Canindé: desafios das políticas educacionais do campo. / Gerusa Maria de Souza Fernandes. - 2007.

91 f.

Orientadora: Professora Ma. Maria do Socorro Silva.
Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Especialização em Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRUS).

1. Desenvolvimento rural sustentável. 2. Sociologia rural. 3. Desenvolvimento territorial. 4. Território do Sertão do Canindé. 5. Educação do Campo. 6. Educação especial. 7. Necessidades educativas especiais. 8. Políticas educacionais do campo. 9. Assentamentos da reforma agrária. 10. Inclusão educacional. 11. Plano territorial de desenvolvimento. 12. Caridade - CE - Educação do Campo. I. Título. II. Silva, Maria do Socorro.

CDU: 316.334.55(043.1)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626



Biblioteca Setorial do CDSA. Novembro de 2022.

Sumé - PB

GERUSA MARIA DE SOUSA FERNANDES

**Monografia defendida sob a avaliação da Comissão Examinadora
constituída por:**

Prof. Ms. Mestre Maria do Socorro Silva
UnB/UFCG

Profa Ms Fernanda de Lourdes Almeida Leal

Profa Ms. Rosalva Dias da Silva



CEDRUS

Curso de Especialização em Desenvolvimento Rural Sustentável

Ata da 1ª Sessão Pública de Defesa de Dissertação de Monografia, da aluna Gerusa Maria de S. Fernandes do Curso de Especialização em Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal de Campina Grande.

Aos Vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete, às 14:30 horas, no Auditório da Biblioteca Central – UFCG – Campus I, reuniu-se, na forma e termos dos artigos 31 a 34 do Regulamento Geral dos Cursos e Programas de Pós-Graduação "Latu Sensu" da UFCG, anexo à Resolução 03/2006 da Câmara Superior de Pós Graduação, a Banca Examinadora, composta pelos professores M.Sc. Maria do Socorro Silva – UFCG na qualidade de orientadora e presidente, Esp. Rosalva Dias da Silva – UFCG, examinadora externa e M.Sc. Fernanda de Lourdes Leal – UFCG/Cedrus, examinadora interna, na qualidade de Membros Titulares, para julgamento da monografia de conclusão da aluna **Gerusa Maria de S. Fernandes**, intitulada "Inserção nas políticas de educação para portadores de necessidades especiais nos assentamentos do território". A sessão pública foi aberta pela professora M.Sc. Maria do Socorro Silva, a orientadora da aluna. Após a apresentação dos integrantes da Banca Examinadora, a candidata iniciou a exposição do seu trabalho sendo este seguido das arguições dos examinadores. A Professora M.Sc. Maria do Socorro Silva convidou a Professora M.Sc. Niedja Maria Ferreira de Lima para iniciar a arguição e a Professora M.Sc. Fernanda de Lourdes Leal prosseguiu com as arguições. Em seguida, a banca examinadora solicitou a retirada da Assembléia para, em sessão secreta, avaliar a candidata. Após análise da Banca Examinadora foi atribuído o conceito D com nota 8,0, conforme os artigos 31 a 34 do anexo à Resolução 02/2006. Nada mais havendo a tratar eu, Janine Vicente Dias, Secretária, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada, assino juntamente com os demais membros da Banca Examinadora.

Campina Grande, 21 de novembro de 2007.


Janine Vicente Dias
Secretária


Maria do Socorro Silva
Orientadora


Rosalva Dias da Silva
Membro Titular


Fernanda de Lourdes Leal
Membro Titular


Gerusa Maria de S. Fernandes
Aluna




Universidade Camponesa


GOVERNO FEDERAL
Secretaria de Desenvolvimento Territorial/MDA
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/MEC



DEDICATÓRIA

A Deus onipotente a quem devemos a capacidade de entender, escolher, lutar e atingir os nossos objetivos. Arquiteto maior do universo, fonte inesgotável de amor e misericórdia por sua infinita bondade, pelos dons e graças que me cumulou na busca de meus sonhos e ideais, minha profunda gratidão.

Aos meus caríssimos filhos, Bárbara e Higo, que por sua incondicional dedicação e compreensão, contribuíram significativa e definitivamente para que se rompesse a barreira do silêncio e da exclusão.

A Dutra de Oliveira, meu esposo, pois veio dele grande parte do estímulo, que me impulsionou a não desistir diante das dificuldades que ainda são inúmeras, e pelo exemplo dignificante de sua preocupação maior com o sentido desta caminhada, que lentamente vai crescendo, em busca de um horizonte que será grandioso, porque sua luz irradiante está a indicar caminhos construtivos, e que proporcionarão crescimento a seres especiais que buscam um futuro promissor.

AGRADECIMENTOS

A Professora Maria do Socorro Silva, orientadora deste trabalho, pela atuação equilibrada e inteligente, com que orienta tão dedicada e competentemente, e pela contribuição na coordenação deste curso transmitindo informações e orientações que capacitam intelectual, técnica e psicologicamente todos (as) no enfrentamento das missões e desafios políticos da educação no Nordeste Brasileiro.

Aos Professores (as), coordenadores (as) e presidentes das associações dos assentamentos do território que interagiram de forma colaborativa durante toda a nossa pesquisa, discutindo, fornecendo informações, aplicando os questionários, inclusive, influenciando na escolha do tema da pesquisa pelo território.

Ao Gestor Municipal – Arcelino Tavares, ao longo da pesquisa foi se tornando cada vez mais consciente das necessidades de educação especial nos assentamentos do município, assumiu uma atitude corajosa e empreendedora, além de possibilitar minha participação no curso de desenvolvimento sustentável, para que possa desenvolver e aprimorar minha capacitação e contribuir na condução das Reformas Educacionais nos assentamentos do território, em especial de Caridade.

Aos Caros companheiros do CEDRUS, pela participação dedicada, eficaz e competente; ressaltando a disponibilidade prestimosa, o carinho e a sempre pronta atuação nos momentos difíceis, especialmente de Marcos Couto, por sua parceria nos estudos, e nas discussões sobre os educandos (as) com necessidades especiais.

Aos membros da CIAT e Fórum dos Assentados, em especial, a Lacerda Couto e Sérgio Pinto, pelo seu compromisso com a Educação e o apoio recebido no trabalho.

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

Aos meus queridos e inesquecíveis PAIS in memória, que pelo exemplo de vida e dignidade e no respeito a Deus, ao ser humano e a natureza me transmitiram ensinamentos e exemplos desde criança, mesmo estando em outra energia, encontram-se tão próximo de mim, transmitindo-me coragem, fé, perseverança para concluir esta formação profissional.

EPÍGRAFE

“A última coisa que se encontra ao fazer uma obra é o que se deve colocar em primeiro lugar” (Pascal, *Pensée*, frase n. 19, 1978), pois “sendo então todas as coisas causadas e causadoras, ajudadas e ajudantes, mediata e imediatamente, e todas se relacionando por um vínculo natural e insensível que liga as mais afastadas e mais diferentes, creio ser tão impossível conhecer as partes sem conhecer o todo como conhecer o todo, sem conhecer particularmente as partes” (Pascal, *Pensée*, frase n.º 73, 1978).

RESUMO

Este trabalho teve como finalidade compreender a situação da Educação Especial nos Assentamentos do Município de Caridade, no território do Sertão do Canindé. As dificuldades para a inclusão das pessoas com necessidades educativas especiais nas Escolas do Campo do Município foram evidenciadas durante a pesquisa. Nosso trabalho sinaliza a carência de pesquisa no campo da Educação Inclusiva, e a sugestão de mudanças na prática social e educacional em relação à pessoa com deficiência. A educação inclusiva requer investimentos, políticas sociais e educacionais permanentes que não se restrinjam a uma conjuntura apenas administrativa de um governo, mas que seja incorporada como política pública, o que vem sendo reivindicado pelas organizações da sociedade civil do Município e do Território, inclusive na inclusão deste debate nos colegiados territoriais e no Plano Territorial de Desenvolvimento.

Palavras Chaves: Inclusão, Educação e Assentamentos.

ABSTRACT

This work was aimed at understanding the situation of the Special Education Settlements in the municipality of Charity, in the territory of the Sertão Canindé. The difficulties for the inclusion of people with special educational needs in the Schools Field of the Borough, were highlighted during the search. Our work signals to the lack of research in the field of Inclusive Education, and with the change in social practice and education in relation to the person with a disability. Inclusive education requires investment, social and educational standing policies that do not restrict the administrative just an environment of a government, the more that is incorporated as public policy, which is being reinvidicado by civil society organizations of the Municipality and the Territory, including in inclusion of this debate in colegiados territorial and Territorial Development Plan.

SUMÁRIO

RESUMO	VIII
ABSTRACT	IX
LISTA DE TABELAS, QUADROS E FIGURAS	XIII
LISTAS DE SIGLAS E ABREVIATURAS	XV
INTRODUÇÃO	16
1. Contextualizando a problemática da pesquisa	18
1.1.A Exclusão dos Educandos (as) com necessidades educativas especiais nos Assentamentos de Caridade	18
1.2.A reivindicação do Fórum dos Assentados do Território do Canindé	18
1.3. Marco legal da Educação com direito	18
CAPITULO I - CONTEXTUALIZANDO O TERRITÓRIO DOS SERTÕES DO CANINDÉ E O MUNICÍPIO DE CARIDADE	26
1. O território dos Sertões do Canindé	26
1.1.um pouco da história...	26
1.2. Características geográficas do território	29
1.3. Dimensões sociais do território	33
1.4. dimensão da educação	37
1.5. Dimensão econômica do território	41
1.6. Dimensão política institucional do território	45
1.7. Estrutura fundiária	46
1.8.Dimensão da saúde no território	49

2. O município de Caridade no território dos Sertões de Canindé	52
2.1. A Saúde no município	55
2.2. Os assentamentos rurais do município	56
2.3. A Educação no Município	57
2.4. A Educação nos Assentamentos de Caridade	57
2.5. A Educação Especial nos Assentamentos	58
CAPITULO II POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA INCLUSÃO DE EDUCANDOS(AS) COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS	60
1.A Educação Especial e as Políticas Educacionais	60
2.Construindo o conceito e a história da Educação Especial no Brasil	61
a) Período de 1854-1956 - Iniciativas oficiais e particulares isoladas	62
b) Período de 1957-1993 – Iniciativas oficiais de âmbito nacional	63
c) Construção da Política Nacional de Educação Especial	64
3. As Políticas Educacionais para a Educação Especial no Município de Caridade	65
a) Diagnóstico da Educação do Campo e da Educação Especial	66
b) Plano Municipal de Educação de Caridade	68
c) Os Conselhos Municipais de Educação e o Conselho Municipal dos deficientes	70
CAPITULO III – CAMINHOS TÉORICOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO INVESTIGAÇÃO	72
a) O campo de pesquisa	72

b) O sujeito da pesquisa	73
c) Instrumentos e procedimentos da pesquisa	73
d)Análise das informações	73
CAPITULO IV - PERCEPÇÃO DOS SUJEITOS SOBRE AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICIPIO.	75
1. Percepção das famílias	75
2. Percepção dos profissionais da educação	76
3. Lideranças das organizações sociais	77
4. Percepção do gestor	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82
ANEXOS	85

LISTA DE TABELAS, QUADROS E FIGURAS

FIGURA 01	Mapa do território	29
FIGURA 02	Mapa do Município de Caridade	53
FIGURA 03	Mapa com a localização do município de Caridade	53
FIGURA 04	Escola no assentamento do Carneiro	66
FIGURA 05	Escola no assentamento do Santo Antonio	67
FIGURA 06	Escola no assentamento do Serrote	67
FIGURA 07	Escola no assentamento do Lages	67
FIGURA 08	Escola no assentamento do Pajeuna	68
FIGURA 09	Escola no assentamento do 19 de Abril	68
TABELA 01	Área dos municípios, distância para a capital, população geral e densidade demográfica.	30
TABELA 02	População Total, Urbana e Rural e Taxa de Urbanização	31
TABELA 03	Índice de Desenvolvimento Humano	33
TABELA 04	Acesso a Serviços Básicos	35
TABELA 05	População Residente por Grupos de Idade	36
TABELA 06	Matricula na Educação Infantil por município e dependência administrativas	37
TABELA 07	Taxa de escolarização da educação infantil	38
TABELA 08	Ensino Fundamental – Rede Municipal	38

TABELA 09	Infra-estrutura nos estabelecimentos com Ensino Fundamental -1 ^a a 4 ^a série – localização rural e urbano -2003.	39
TABELA 10	N ^o de Matrículas, N ^o de Docentes, N ^o de Escolas do Ensino Médio-2003	40
TABELA 11	Número de Estabelecimentos Rurais por hectare	46
TABELA 12	Estabelecimentos por estrato de área e condição do produtor	47
TABELA 13	Áreas de Assentamentos da Reforma Agrária	47
TABELA 14	Unidades de Saúde Vinculadas ao Sistema Único de Saúde, por Tipo de Prestador	49
TABELA 15	Agentes de saúde, número de famílias acompanhadas e população assistida pelo Programa Agente de Saúde	50
TABELA 16	Orçamentos Públicos em Saúde	51
TABELA 17	Despesas e Receitas com Saúde Pública	51
TABELA 18	Números de estabelecimentos	55
TABELA 19	Os assentamentos no Município de Caridade	56
TABELA 20	Quantidade de deficientes por assentamento	58
TABELA 21	Quantitativos de pessoas com necessidades especiais	68
TABELA 22	Números de entrevistados por assentamento e segmento	73

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APAE's	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CEDRUS	Curso de Especialização Em Desenvolvimento Rural Sustentável
CENESP	Centro Nacional da Educação Especial
CREDE	Centro Regional de Desenvolvimento da Educação
CIAT	Comissão de Instalação e Articulação Territorial
C E	Conselho de Educação
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
DNEE	Diretrizes Nacional da Educação Especial
FETRAECE	Federação dos Trabalhadores do Estado do Ceará
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico
IDH	Índice de desenvolvimento Humano
INCRA;	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDB	Lei de Diretrizes e Base da Educação
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação e Cultura
ONG	Organização Não Governamental
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTDRS	Plano territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
SAF	Secretaria de Agricultura Familiar
SEDUC	Secretaria de Educação do Ceará
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SIM	Secretaria de Inclusão e Mobilização
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
STRs	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUS	Sistema Único de Saúde

INTRODUÇÃO

Toda investigação tem origem na busca de entender melhor a realidade onde atuamos, responder questionamentos, modificar a realidade onde estamos inseridos como pessoas e profissionais. A motivação para este estudo investigação origina-se, portanto, primeiro na minha prática como professora da Rede Pública, na qual tive minha primeira experiência como docente numa escola do Sindicato dos Trabalhadores (as) do Sal no Rio Grande do Norte, com crianças com deficiência mental e física; em segundo lugar pelo trabalho que comecei a desenvolver no território do Sertão do Canindé no qual identifiquei um número acentuado de crianças, adolescentes e adultos com necessidades especiais físicas e mentais excluídos da escola; e em terceiro pela definição do Fórum dos Assentados do Território pela necessidade de se diagnosticar a situação das pessoas com deficiência no território e elaborar políticas para sua inclusão educacional.

A pesquisa teve como objetivo geral compreender o processo das políticas educacionais voltadas para os educandos (as) com necessidades educativas especiais nos Assentamentos Rurais de Caridade. E como 1º investigar o acesso dos educandos (as) com necessidades especiais a escolarização nos assentamentos de Caridade, bem com 2º identificar o desempenho dos conselhos municipais de educação e deficientes na fiscalização das políticas destinadas a esses sujeitos sociais e educacionais.

Pela característica do território do Sertão de Canindé, com municípios com perfil rural, e um grande número de assentamentos, tomamos como referência teórica a Educação do Campo e a Educação Especial, e como as políticas educacionais têm incorporado esses sujeitos nas políticas educacionais do município. Para isto, buscamos durante todo o estudo uma articulação permanente com órgãos governamentais, organizações da sociedade civil, colegiado territorial, professores (as), coordenadores (as) dos assentamentos.

As políticas para a Educação Especial precisam considerar a unidade humana que traz em si os princípios de suas múltiplas diversidades. Compreender o ser humano é entender, avaliar e penetrar sua unidade na diversidade, sua diversidade na unidade. (LIMA, 2006). É preciso conceber a unidade do múltiplo, a multiplicidade do uno. O ser humano é ao mesmo tempo singular e múltiplo; traz em si multiplicidade. Para a construção da educação e imprescindível descobrir, analisar, ilustrar, o “destino

multifacetado do humano”, o destino individual, o destino social, o destino histórico todos entrelaçados e inseparáveis.

Não é possível uma reflexão sobre a educação sem refletir sobre o próprio homem: O homem pode questionar sobre si mesmo, colocar-se num determinado momento, numa certa realidade: é um ser na busca constante de ser mais e, como pode fazer esta auto-reflexão, pode descobrir-se como um ser “inacabado” – razão de sua constante busca consciente ou não. Eis aqui a raiz fundamental da educação (Paulo Freire).

Segundo o estudo de LIMA (2006), há no mundo 500 milhões de pessoas com deficiências, sendo que 80% delas vivem em países em desenvolvimento, como o Brasil. O censo informou que a população brasileira, no período, era de 169.799.170 habitantes. O percentual de pessoas com necessidades especiais era de 14,5%, isso significa 24,5 milhões de pessoas. Classificadas a partir da auto-declaração, o censo considerou dois grupos: PPD (pessoa portadora de deficiência e PPI (pessoa portadora de incapacidade). Os dados informam também que 50 milhões de pessoas vivem em condições miseráveis, sem possibilidade de se alimentar todos os dias, situação que, se não for interrompida, forçará os números de PPD e PPI a subirem, reforçando assim a relação pobreza e deficiência. A frequência da ocorrência da deficiência não implica uma imutabilidade ou homogeneidade dos comportamentos dos sujeitos. Ao destacar algumas deficiências de maior ocorrência e outras que nos apontam o caráter vulnerável do ser humano, cabe-nos refletir sobre o significado do trabalho em situação que destacam a diversidade e a heterogeneidade.

A inclusão educacional como direito, torna-se cada vez mais, uma necessidade para a construção da democracia em nossa sociedade, mas os governos não se debruçaram terem diagnósticos e políticas mais consistentes para adequar as demandas e as necessidades desses sujeitos. Nas escolas dos assentamentos de Caridade, esse quadro é bem mais grave, pois o processo de exclusão é acentuado. Acredito que a pessoa com necessidades educativas especiais, tem direito a inclusão social, educacional, não devem ficar isoladas da convivência com as outras pessoas e as possibilidades de interação e aprendizagem; para isso é preciso vencer o medo, a exclusão e os preconceitos. O preconceito também é uma forma de exclusão, precisamos trabalhar os preconceitos hipócritas e injustos.

Sabemos que a escola é um espaço de mudanças, conhecimentos, e saberes, e com este fim é que buscamos meios de consumo por uma escola inclusiva no sertão de Caridade em especial nos assentamentos de Caridade.

A discussão sobre inclusão não deve ser jogada embaixo do tapete, mas é necessário que as questões sejam evidenciadas, os (pré) conceitos não se modificam com rapidez, visto que ao longo dos anos, este assunto foi tratado superficialmente, hoje se diz que a escola está pronta para recebê-los, a realidade dos fatos constatados é diferente, o processo inclusivo ainda é uma utopia nos assentamentos de Caridade.

1. Contextualizando a problemática da pesquisa

1.1. A Exclusão dos Educandos (as) com necessidades educativas especiais nos Assentamentos de Caridade

O território elegeu a educação do campo como eixo aglutinador, entretanto não contemplada com a inserção da educação especial; embora exista um número representativo de deficientes nos assentamentos sem acesso à escola.

1.2. A reivindicação do Fórum dos Assentados do Território do Canindé

Os debates realizados no Fórum dos assentados identificou as prioridades de políticas públicas voltadas, especialmente, para as pessoas com necessidades especiais; bem como a carência total de profissionais especializados numa educação superadora dessas dificuldades. O resultado dessa discussão foi a reivindicação de que se enviasse um representante do território, objetivando sua capacitação como especialista para que pudesse contribuir com a inserção deste debate no território.

1.3. Marco legal da Educação como direito

O Programa de Ação da Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos de Viena, em 1993, ratificou o princípio da Diversidade e estabeleceu o direito da diferença – ou seja: o reconhecer da pluralidade de sujeitos portadores de defeitos e de seus direitos específicos como parte integrante e indivisível da plataforma dos Direitos Humanos”. O artigo 22 da Declaração expressa: “... deve-se dar atenção especial as pessoas portadoras de deficiência, visando a assegurar-lhes um tratamento não

discriminatório e eqüitativo no campo dos direitos humanos e liberdades fundamentais, garantindo sua plena participação em todas os aspectos de sociedade.

A implantação de uma política inclusiva é o atual desafio da educação brasileira: nele, conjugam-se o dever do Estado e do direito da Cidadania. Mais do que ampliar, deve-se conscientizar, no cotidiano, as conquistas na legislação brasileira em relação às pessoas com necessidades especiais.

A educação brasileira, tem buscado construir um marco legal, como instrumento de promoção dos Direitos Humanos e de Cultura de Paz, um Brasil que deve esforçar-se para fazer da diversidade existente na composição de seu povo, um mundo mais solidário, mais humano, mais justo em que as pessoas construam as condições de luta própria emancipações e progressos, principalmente quando tratamos da inserção das pessoas com deficiência nos assentamentos rurais do Sertão de Canindé, onde os problemas sociais são de largas proporções seja no social como no cultural.

A luta para romper esses estigmas deve ser constante e não se trata aqui de fazer apologia a esse ou aquele governo, mais sim de resgate da dignidade humana num aspecto relevante que é a educação, temos que perceber como esse problema é tratado, apontando problemas e as possíveis soluções acerca da mesma.

A sociedade espera e acredita que não é apenas uma base jurídica que dará suporte a uma nova prática abrangente e eficaz, o mundo globalizado exige o conhecimento de teorias pedagógicas voltadas ao atendimento de crianças e adolescentes especiais, garantindo assim o acesso e a permanência dessas pessoas na escola, como uma reivindicação dos Fóruns dos Assentados do Território.

a) Constituição Federal

No processo de elaboração de uma nova legislação para a educação nacional, como decorrência da aprovação em 1988 da nova Constituição.

O Art. 205 . A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

Toda pessoa tem direitos iguais perante a lei e sem qualquer distinção, a igual proteção contra qualquer discriminação que viabiliza as leis que integram a Constituição ou outros dispositivos legais. Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos, são dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade, com respeito às suas diferenças biológicas, psíquicas ou de outras origens. O ensino deve ser ministrado com igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, pesquisar, divulgar o pensamento, a arte e o saber.

Deve haver respeito ao pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino, pois, apenas a gestão democrática do ensino público e privado, pode garantir padrão de qualidade de ensino.

Segundo a constituição federal no artigo 211 § 2º. Os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais diversos e acesso as fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão de manifestações culturais de negros, de índios e de outras culturas participantes de processo de desenvolvimento civilizatório nacional.

A educação é; hoje direito garantido em Lei (Brasil 1996), e como direito deve atender a todos, sem distinção. Isso significa que pode não ser usufruído por todas, levando em consideração que incluir seguir-se aceitar os que estão fora, não sem matrícula, mas fora de permanência com qualidade na escola, um direito também garantido.

Para Bueno(1997:47)

“Em síntese se é preciso, por um lado lutar para tornar a legislação cada vez mais próxima das necessidades das pessoas deficientes, não se pode ser ingênuo a ponto de se acreditar que sua simples promulgação resolvera a questão”.

b) Estatuto da Criança e do Adolescente

Considerando que o reconhecimento de dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo; portanto surge o pleno respeito, essencialmente, aos direitos humanos sejam protegidas pelo Estado de Direito.

Com relação às crianças e aos adolescentes do Brasil, a Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, publicado, no Diário Oficial da União, em 16 de julho de 1990; dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Tanto a criança (até doze anos) e o adolescente (os que estão entre 12 e 18 anos), gozam dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que aludida lei, para que eles sejam “facultado pleno desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social em condições de liberdade e de dignidade”.

Compreende-se como absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde física e mental, à alimentação que oportunize o desenvolvimento (físico, biológico e psíquico); incluindo-se, sem qualquer omissão o preconceito de qualquer origem; o direito à educação, às práticas esportivas, o lazer, à cultura, a dignidade humana, à liberdade e à profissionalização e à convivência familiar e comunitária.

Criança ou Adolescente em nenhuma circunstância deve ser objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão ou punido por ação ou omissão aos seus direitos fundamentais. Quanto ao direito à educação, ao esporte e o lazer, todo ser humano, menor de 18 anos, visando-se ao desenvolvimento de suas capacidades físicas e psíquicas, a fim de prepará-la para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

Conseqüentemente deve dispor de condições para o acesso e permanência no ambiente escolar, desde o pré-escolar até instâncias de educação superiores; seja pelo acesso a escola pública e gratuita próxima de seu ambiente residencial ou, em casos especiais naquelas instituições educativas adequadas as suas necessidades e habilidades.

A oferta de ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que não tiveram acesso na faixa etária adequada, é dever do Estado; tanto quanto o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo. O artigo XXVI dos Direitos Humanos em harmonia com o Estatuto da Criança e do Adolescente, determina que:

“Toda pessoa tem direito à instrução, que será gratuita pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais”. Conforme nos coloca o artigo 53 e 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente, vejamos o que reza estes dois artigos:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – direito de ser respeitado por seus educadores;

III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV – direito de organização e participação em entidades estudantis;

V – acesso a escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único: *É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.*

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II – progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;

VII – atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

c) Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB

No Brasil, a partir da regulamentação da lei 9394/96 – Lei de diretrizes e bases da educação nacional – de 20 de dezembro de 1996, instituíram-se algumas mudanças na Educação Brasileira, principalmente frente à educação especial, que deveria ser oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades educativas especiais. Considerando-se o atendimento especial é imprescindível atentar para o diagnóstico detectado, a fim de determinar-se se o educando receberá orientações em classe, escolas ou em serviços especializados, dependendo das condições específicas dos alunos, se requerem pessoal técnico que atendam plenamente às suas necessidades: métodos a serem utilizados.

No que se refere à Educação Especial na LDB, podemos destacar dos artigos 58 e 59, as seguintes questões:

- O direito aos educandos com necessidades especiais a oferta educacional na rede regular de ensino, e quando necessário a existência de apoio especializado na escola regular, como também, o atendimento educacional em classes especiais em função das condições específicas dos educandos (as) quando não for possível sua integração na escola regular;
- Os sistemas de ensino deverão assegurar aos educandos (as) com necessidades especiais currículos, métodos, técnicas, organização específica, terminalidade específica para aqueles que não puderam atingir o nível fundamental, professores com formação adequado e educação especial para o trabalho, visando sua efetiva integração na vida em sociedade.

Ainda do ponto de vista legal, estreitamente ligados aos dispositivos já destacados, há alguns artigos da Constituição Federal de 24/01/1967 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 1, de 17/10/1969 e o Artigo Único resultante da Emenda Constitucional nº 12, de 17/10/1978.

No Título III, *da Ordem Econômica e Social*, o Artigo Único, incluído entre os Artigos 165 e 166, dispõe que,

É assegurada aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica, especialmente mediante:

I – educação especial e gratuita.;

II – assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica e social do País;

III – proibição de discriminação, inclusive quanto à admissão ao trabalho ou ao serviço público e a salários;

V – possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos.

Neste marco legal está evidenciada uma abordagem do “tratamento especial” como medida integrante de uma política educacional. Entendendo a “educação de pessoas com deficiência” como uma “linha de escolarização”, portanto, como de educação escolar. O Conselho Federal de Educação assume seu papel normativo também com relação a este campo. Todavia, como se poderá notar em outras partes deste trabalho, o órgão federal responsável pela educação especial seguiu uma outra linha de orientação.

d) Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica (Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001).

Os debates em torno da cidadania que se configura como ensaio de uma abordagem filosófica da nova lei de diretrizes e bases da educação nacional, têm suscitado muitas expectativas e outras tantas frustrações. São mais que legítimas essas reações, pois é próprio de toda lei gerar expectativas junto às pessoas que integram a comunidade à qual a legislação é direcionada, como seus destinatários específicos.

Conseqüentemente, quanto mais abrangente é a lei, maior e mais ampla as expectativas que ela suscita entre os que serão alcançadas pela referida legislação como seus destinatários específicos. Quanto mais abrangente a lei, maior e mais complexo as expectativas que ela cria.

A organização administrativa pedagógica das instituições de educação básica ou de qualquer de seus níveis isoladamente, seria regulamentada no respectivo regimento, observando o disposto nesta lei estadual e nas normas estabelecidas pelo respectivo sistema de ensino.

Essa problematização suscitou a seguinte questão para a pesquisa: quais os fatores que dificultam a inclusão dos (as) educandos (as) com necessidades educativas especiais nas escolas públicas em assentamentos do sertão de Canindé?

Para responder essa questão várias leituras foram efetivadas, contribuindo para que me apropriasse dos fundamentos históricos filosóficos que cercam esse problema e percebesse o ranço ativado pelas resistências conservadoras e perpetuado como sempre pelas elites, em detrimento do direito de muitos pelo mundo melhor e mais humanizado.

O trabalho aqui apresentado constou de um referencial teórico bibliográfico, construído a partir da leitura de autores que abordam essa temática e de documentos que falam desse problema. O exercício do diálogo, o acolhimento à diversidade cultural e a produção de conhecimentos, marcas do tema colocado em prática, apontam caminhos seguros voltado para a formação de uma sociedade mais democrática na qual todos possam exercer sua cidadania em plenitude. Espero obter êxito na realização deste trabalho, mesmo sabendo que não se esgota aqui essa problemática, mas que é apenas um começo para novas discursões e debates.

Foi com a intenção do exercício do diálogo, o acolhimento às diversidades culturais e à produção de conhecimentos, marcas do tema colocado em prática, para apontar caminhos seguros voltados para a formação de uma sociedade mais democrática na qual todos possam exercer sua cidadania em plenitude que realizamos este trabalho que esta organizado da seguinte forma: introdução, onde faço uma problematização da temática da pesquisa; o primeiro capítulo, no qual faço uma contextualização do território dos Sertões de Canindé; o segundo capítulo, em que abordo as políticas educacionais para inclusão de educandos com necessidades especiais; no terceiro capítulo, evidencio os caminhos teóricos e metodológicos que adotei durante a investigação; o quarto capítulo, no qual busco retratar a percepção dos diferentes sujeitos família, gestor, coordenador, professor e dirigentes de associação envolvidos na temática, as considerações finais e as referências bibliográficas.

CAPITULO I - CONTEXTUALIZANDO O TERRITÓRIO DOS SERTÕES DO CANINDÉ E O MUNICÍPIO DE CARIDADE

1. O Território dos Sertões do Canindé

1.1.um pouco da história...

A história do povoamento e/ou criação dos municípios que compõem o Território dos Sertões de Canindé, está ligada no caso específico de Canindé à cultura religiosa dos índios Canindés Jenipapos – nativos ocupantes de grandes extensões de terra. Em pacífica convivência, tem-se por colonizador branco Francisco Xavier de Medeiros, fazendeiro de grandes posses detentor de terras situadas às margens do rio Canindé. Esse patriarcado misto, data do ano de 1775, assinalado inicialmente pela construção de uma capela cujo patrimônio guarda a chancela desse benemérito fazendeiro e cujo orago dedicou-se a São Francisco. Em seus primados de cultura religiosa, notadamente com relação a milagres e suas conseqüentes romarias, Canindé detém a preeminência regional, tendo como vetor de espiritualidade o santo padroeiro.

A origem do município de Caridade remonta ao segundo quartel do século XIX, tendo como precedente o fazendeiro Gaspar da Silveira, estabelecido nas cabeceiras do Riacho Macaco. Sua propriedade chamava-se Fazenda Cágado, cortada pela estrada Maranguape-Canindé, via movimentada por tropeiros penitentes em romaria. Além do fazendeiro Gaspar, havia os investidores itinerantes ou que buscavam localizar seus rebanhos entre os Sertões de Inhamuns regiões de Santa Quitéria. Itatira chamou-se primitivamente Serra da Samambaia, habitada por índios Tapuias e com vinculação jurídica ao município de Canindé. Em sua formação colonialista teve por responsáveis os portugueses Jerônimo machado Antônio Ferreira Braga, advindo do primeiro o nome de Serra do Machado.

Na década final do século XVIII, estabeleceu-se ao nascente da Serra do Machado o morador de nome Antônio José de Sousa, egresso da Fazenda Tatajuba (Sertão de Quixeramobim), dando a essa nova moradia a denominação de Sítio São Gonçalo. Com o falecimento desse morador, seguido do flagelo da seca de 1825, caiu m abandono o reduto. Em anos posteriores, ocupantes povoaram o reduto, criando novas

situações na Serra do Machado, notadamente com relação às culturas de subsistência, surgindo nessa segunda etapa a denominação de Belém do Machado.

As origens do município de Madalena são recentes e tem como referência a Fazenda Teotônio na qual se situa o açude de igual nome. Essa fazenda, considerada modelo, pertenceu inicialmente à Empresa Plínio Câmara Vieira Ltda, tendo sido vendida para o Grupo Empresarial Edson Queiroz. O município de Paramotí chamou-se inicialmente Santana e Saldanha, sucessivamente. Sua origem data do século XX, quando moradores da região se estabeleceram e passaram a cultivar terras margeantes do rio que deu origem ao Município.

As raízes históricas de Boa Viagem remontam aos anos finais do século XVIII se arrimam em fatos aventureiros, tendo como referência um casal de fugitivos amantes. Esses dois jovens apaixonaram-se, mas a união não teve a permissão das famílias, o que restou para os dois a fuga. O pai da moça, grande fazendeiro, revoltado desgostoso com a filha, manda seus capangas em perseguição, trazê-la de volta, mesmo que necessário fosse atar-lhe pés e mãos; matar o pretense genro enterrá-lo no local apresentar-lhe como prova apenas uma das orelhas. Na longa caminhada, o cavalo dos fujões morre de cansaço os dois acomodam-se sob os barrancos de um riacho próximo, onde a folhagem das plantas aquáticas ajuda a encobri-los. O rapaz era devoto de Maria orou apressadamente por três vezes rogou a Maria prometendo, se vivos escapassem dos seus perseguidores, erigir no local onde o cavalo morrera uma capela dedicá-la em honra a Nossa Senhora da Boa Viagem. Os perseguidores, inexplicavelmente, perderam a trilha dos dois sobreviveram. Nasce deste episódio a povoação de Cavalo Morto igualmente, o culto à Nossa Senhora de Boa Viagem.

Alguns municípios trazem nomes interessantes (toponímia): Boa Viagem em razão de uma promessa feita à Nossa Senhora tem como variação toponímica Cavalo Morto; Itatira em alusão aos grandes espigões de pedras comuns na região; Madalena por estar situado à margem esquerda do Riacho Barrigas, um dos formadores do Rio Quixeramobim que, segundo o historiador Raimundo Girão, toma o nome de Madalena ao passar pelo povoado; Paramotí significando “rio que se estreita”.

A criação de vilas foi um instrumento para expandir o poder real, dando-lhe forma no território. Em 1763, a secretaria dos Domínios Ultramarinos expediu aviso autorizando o estabelecimento de novas vilas na Capitania do Siará Grande. Em 1862 o povoado de Cavalo Morto, atual Boa Viagem teve a sua elevação à categoria de Vila e em 1846 era criada a Vila de São Francisco das Chagas de Canindé; em 1884,

Caridade, subordinada a Canindé era elevada á Vila, enquanto Itatira elevou-se à categoria de Distrito em 1931. Madalena elevou-se à categoria de Vila em 1951 o povoado de Paramoti eleva-se á Vila em 1938.

As alterações administrativas foram dando forma à atual estrutura divisões administrativas municipais: Boa Viagem, Canindé, Itatira e Madalena desmembraram-se de Quixeramobim, e transformaram-se em municípios nos anos de 1936, 1914, 1951, 1963 respectivamente. Caridade e Paramoti desmembrados de Canindé em 1958 e 1957. Foi emancipado bem recentemente o município de Madalena (1989).

O Território conforma-se dentro da atual divisão administrativa do Estado em diversos espaços de regionalização, uma vez que não há uma espacialização integrada das ações governamentais. Assim, tem municípios que, ao mesmo tempo, se situam e fazem parte de diferentes regiões, microrregiões ou macroregiões administrativas, como por exemplo: na educação, dentro dos Centros Regionais de Educação – CREDE – Secretaria de Educação – SEDUC, os municípios de Boa Viagem Madalena pertencem ao CREDE 12-Quixadá; Canindé, Caridade, Itatira e Paramoti ao CREDE 7 – Canindé.

No mapa de regionalização de atuação da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura – FETRAECE onde o Território está inserido, verifica-se que todos os municípios fazem parte da Regional do Sertão Central, composta por 12 sindicatos de trabalhadores rurais (STRs).

A formatação desse Território para a implementação da estratégia de Desenvolvimento Territorial da SDT tomou como base alguns critérios, senão vejamos: a existência de um número bastante significativo de agricultores familiares, uma vez, que existem 13.732 empreendimentos classificados pelo MDA como da agricultura familiar; o número de áreas de assentamentos da reforma agrária (existem 73 áreas) e o capital social desenvolvido, em razão das diversas iniciativas de organização social: fórum dos assentados, fórum do semi-árido, inúmeras associações comunitárias, os conselhos municipais de desenvolvimento sustentáveis movimentos sociais como o MST que tem nessa região uma forte atuação. A regional da FETRAECE também é uma das mais atuantes; enfim são muitas as iniciativas de organização social do território.

Este Território constituiu-se a partir de uma discussão gestada no Território do Sertão Central, uma vez que esses seis municípios até o ano de 2004 faziam parte deste Território. A decisão pelo desmembramento dos seis municípios para criação do Território dos Sertões de Canindé foi importante porque incorporou ao debate o

questionamento de componentes como a identidade, o sentido de pertencimento, os aspectos sócios-políticos e culturais da gente que faz parte do Território.

1.2. Características geográficas do território

O território selecionado para a execução do Estudo Propositivo de Dinamização Econômica compreende os municípios de Boa Viagem, Canindé, Caridade, Itatira, Madalena e Paramoti, conforme visualiza o mapa apresentado a seguir:

Figura 1: Mapa do território



Congregando 6 (seis) municípios, este território se configura com uma heterogeneidade sócio-cultural, ambiental, guardando algumas características comuns (clima, solos, vegetação, vocações econômicas etc) na região que adentra o semi-árido (onde boa parte desses municípios estão situados), se diferenciando em outros aspectos nas regiões serranas, seja do ponto de vista econômico, cultural, ambiental etc.

Possui uma extensão de 8.999,20 Km², conta com uma população geral de 176.992 habitantes. Na zona urbana estão 84.438 pessoas (47,73%), enquanto na zona rural residem 92.448 pessoas (52,27%) apresentando uma densidade demográfica média de 19,25 hab/km². A estimativa populacional para o ano de 2004 é de 176.886 pessoas, representando um aumento acima de 5%(cinco pontos percentuais). Comparando-se o período 1991-2000, verifica-se que essa população cresceu em torno de 10%, passando de 159.137 mil em 1991 para 176.886 mil em 2000. Em 2000, a população total do

território representava 3,82%da população do Estado do Ceará, que era de 7.430.661 habitantes. A tabela 1 mostra a área dos municípios, sua população, densidade demográfica e distância para a capital.

TABELA 1: Área dos municípios, distância para a capital, população geral e densidade demográfica.

Municípios	Área (km ²)	Distância à Capital (Km)	Estimativa Pop. 2004	População Residente			Densidade Demográfica (hab/km ²)
				Geral	Urbana	Rural	
Boa Viagem	2.737,5	204,8	51.531	50.306	20.820	29.486	18,4
Canindé	3.205,4	111,2	73.590	69.601	39.573	30.028	21,7
Caridade	791,7	92,0	17.231	15.604	8.381	7.223	19,7
Itatira	640,6	149,8	16.407	15.541	6.030	9.511	21
Madalena	1.109,2	170,8	15.995	14.864	5.459	9.405	13,4
Paramoti	514,8	88,0	11.238	10.970	4.175	6.795	21,3
Total	8.999,20	136,1	185.992	176.886	84.438	92.448	19,25

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD – 2003/IBGE (cidades)– 2001/IBGE –Censo 2000

Conforme a tabela acima podemos observar que o território tem uma extensão de 8.999,20 km², conta com uma população geral de 176.992 habitantes. Na zona urbana estão 84.438 pessoas (47,73%), enquanto na zona rural residem 92.448 pessoas (52,27%) apresenta uma densidade demográfica média de 19,25 hab/km². A estimativa populacional para o ano de 2004 é de 176.886 pessoas, representando um aumento acima de 5%(cinco pontos percentuais).

Com relação à distância os municípios estão distantes da capital do Estado do Ceará, em média 136,1 km. Quanto à distribuição da população por município, constata-se que os maiores índices populacionais estão nos municípios de Canindé (39,34%) e Boa Viagem (28,43%); enquanto os menores índices populacionais concentram-se nos municípios de Caridade (8,82%), Itatira (8,78%), Madalena (8,40%) e Paramoti (6,20%).

TABELA 2: População Total,Urbana e Rural e Taxa de Urbanização

Municípios	População Total		Urbana		Rural		Taxa de Urbanização (%)	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Boa Viagem	47.918	50.306	14.566	20.820	33.352	29.486	30,40	41,39
Canindé	61.827	69.601	30.115	39.573	31.712	30.028	48,71	56,86
Caridade	12.432	15.604	5.646	8.381	6.786	7.223	45,42	53,71
Itatira	13.853	15.541	3.996	6.030	9.857	9.511	28,85	38,80
Madalena	12.660	14.864	3.645	5.459	9.015	9.405	28,79	36,73
Paramoti	10.447	10.970	2.803	4.175	7.644	6.795	26,83	38,06
Total	159.137	176.886	60.771	84.438	98.366	92.448	34,83	44,33

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD – 2003/IBGE (cidades)– 2001/IBGE -Censo 2000

Quanto à distribuição da população entre as áreas rural urbana, a maior incidência está na área rural com 52,27%; enquanto no urbano concentra-se 47,73% da população total. Quanto à distribuição por município, percebe-se que dos 6 (seis) municípios, dois deles tem população urbana superior à rural, sendo eles: Canindé (56,85%) Caridade (53,71%); enquanto quatro municípios têm população rural superior à urbana: Boa Viagem(58,61%), Itatira (61,19%), Madalena (63,27%) e Paramoti (61,94%). O município com maior concentração de pessoas na área urbana é Canindé (56,85%); enquanto a maior concentração na área rural se dá no município de Madalena (63,27%).

Numa análise comparativa, pode-se observar que no ano de 1991, o percentual de pessoas residindo no campo era de 61,81%, caindo para 52,26%, no ano de 2000. A taxa de urbanização do período de 1991-2000 cresceu 9,5%, passando de 34,83% em 1991, para 44,33% em 2000. Os municípios que apresentam maiores índices de crescimento da taxa de urbanização, no período 1991-2000 são: Paramoti (11,23%), Boa Viagem (10,99%) e Itatira (9,95%); enquanto os municípios que apresentam as menores taxas são: Caridade (8,29%), Canindé (8,15%) e Madalena (7,94%).

As informações acima tratadas tomam como base a metodologia oficial adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - IBGE que considera como urbana toda sede municipal, independentemente do número de seus habitantes e das funções que a aglomeração exerça efetivamente.

Ao se utilizar, porém, a metodologia utilizada pela OCDE que leva em conta além do critério populacional à densidade demográfica, os resultados a que se chegam são bastante distintos. Tomando como referência, os estudos de José Eli da Veiga¹ que se baseiam na metodologia da OCPE no estudo “Caracterização Tendências da Rede Urbana do Brasil”, concluído em 1999 por equipes do IBGE, e do IPEA da Unicamp, são rurais os municípios de pequeno porte que possuem até 50 mil habitantes menos de 80hab/km²; de médio porte os que registram uma população no intervalo de 50 a 100 mil habitantes, ou cuja densidade supere os 80 hab/km², mesmo que tenham menos de 50 mil habitantes; de fato centros urbanos os municípios com mais de 100 mil habitantes.

De acordo com esses critérios, o Brasil essencialmente rural é formado por 80% dos municípios, onde residem aproximadamente 30% da população brasileira. Isso representa, portanto, 4.485 municípios brasileiros, que seriam municípios rurais. Esse é o Brasil rural, suas sedes municipais são apenas cidades imaginárias, e as políticas públicas dirigidas a elas não podem manter a dicotomia rural-urbano, porque o rural é necessariamente territorial não setorial como os programas governamentais insistem em propor e executar.

A adoção desses critérios permite verificar que todos os municípios do território do Sertão de Canindé são rurais, apenas dois deles Boa Viagem (50.306hab) e Canindé (69.601hab) podem ser considerados de médio porte, enquanto os outros quatro municípios são de pequeno porte.

Essa tendência ascendente de urbanização traz sérias implicações: a necessidade de implementação de políticas públicas e investimentos para o setor rural, no sentido de fomentar a produção agropecuária, fortalecendo alguns setores rurais como a agricultura e familiar negócios não agrícolas melhoria de infra-estrutura hídrica, elétrica viária como incentivo à permanência das pessoas no campo, bem como a oferta de serviços nos centros urbanos (saneamento, habitação, saúde, educação etc).

Segundo a classificação do PNUD, todos os municípios que compõem o território estão entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 0,8). A média do território teve um crescimento de 13%, passando de 0,480 m

¹ Para aprofundamento sobre a questão vide o livro Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula-Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

1991, para 0,61% em 2000. Os municípios de Boa Viagem, Canindé, Caridade e Madalena apresentam IDH variando entre 0,63 a 0,61; enquanto os outros municípios apresentam índices variando de 0,59 a 0,56.

Quanto aos aspectos geoambientais, há predominância da caatinga, típica da região semi-árida, a região serrana e os rios riachos e açudes que cortam o território. É preocupante o atual estágio de degradação ambiental desses municípios estando eles classificados segundo os níveis de susceptibilidade à desertificação em forte propensão, com os municípios de Boa Viagem, Caridade, Itatira, Madalena e Paramoti comprometendo de 40% (quarenta por cento) em moderada propensão, onde o município de Canindé já alcança percentuais de mais de 30% (trinta por cento) com tendência à desertificação.

1.3. Dimensões sociais do território

Em estudo comparativo com os dados do ano de 1991, constata-se um crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM em todos os municípios, variando entre 0,14 a 0,11. Houve um decréscimo no ranking (ano 2000) nos municípios de Boa Viagem, Canindé e Itatira. As dimensões que contribuíram para o crescimento do IDHM foram a Educação, com 20%, seguida pela Longevidade, com 12% com pouca significância a Renda com 5%, conforme podemos identificar na tabela 03.

TABELA 3: Índice de Desenvolvimento Humano

Municípios	IDHM		Educação		Longevidade		Renda		Posição	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Boa Viagem	0,494	0,611	0,492	0,664	0,573	0,659	0,416	0,510	111	128
Canindé	0,520	0,634	0,501	0,699	0,587	0,705	0,472	0,498	73	81
Caridade	0,487	0,618	0,459	0,675	0,572	0,703	0,431	0,476	126	116
Itatira	0,447	0,569	0,436	0,623	0,512	0,647	0,393	0,437	174	178
Madalena	0,494	0,634	0,493	0,712	0,587	0,700	0,402	0,490	114	81
Paramoti	0,469	0,597	0,446	0,675	0,555	0,666	0,406	0,449	152	148
Total	0,48	0,61	0,47	0,67	0,56	0,68	0,42	0,47	-	-

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - PNUD - 2003

A média do território teve um crescimento de 30%, passando de 0,480 em 1991, para 0,62% em 2000, bem maior que a média do Ceará que no mesmo período cresceu 18,04%, passando de 0,593 em 1991 para 0,700 em 2000. Segundo a classificação do PNUD, todos os municípios que compõem o território estão entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 a 0,8). A média do território teve um crescimento de 13%, passando de 0,480 em 1991, para 0,61% em

2000. Os municípios de Boa Viagem, Canindé, Caridade e Madalena apresentam IDH variando entre 0,63 a 0,61; enquanto os outros municípios apresentam índices variando de 0,59 a 0,56.

No geral os municípios têm uma renda per capita muito baixa, apesar do período 1991-2000 revelar um crescimento em mais de 40%(quarenta por cento). Em dados atuais, a média geral alcança cerca de R\$ 70,00(setenta reais). Os municípios que se encontram em melhor situação são: Boa Viagem Canindé com uma renda variando de R\$ 82,00 a 77,00 reais; enquanto os outros municípios apresentam uma renda muito baixa,variando em torno de R\$ 70,00 a 53,00.

Os baixos valores de renda per capita, no geral refletem nos níveis de pobreza, apesar do período 1991-2000 registrar uma queda de 10,14% na proporção do número de pobres, passando de 86,55%em 1991,para 76,41%em 2000. No entanto, permaneça muito alto o percentual de pobres no território, chegando esse percentual a 76% (setenta seis por cento). Conforme dados atualizados, podem-se observar os municípios que apresentam maior índice de pobreza: Itatira (82,3%) Paramotí (81,2%), enquanto os outros municípios apresentam índices variando entre 75%a 70% (setenta por cento).

Esses indicadores atestam que nesse período houve um crescimento da concentração de renda, como mostra o índice de GINI, que cresceu no período 1991-2000 13%,passando de 0,49 para 0,62, aumentando dessa forma a desigualdade social. Hoje, os municípios com maior concentração de renda, portanto, com maior desigualdade social são: Boa Viagem (0,67%), Itatira (0,67) e Paramotí (0,65%).

O percentual da renda apropriada por extratos da população, verifica que a concentração da renda no território está relacionada diretamente com o nível de pobreza. No período 1991-2000, observou-se que os 20% mais pobres do território estão cada vez mais pobres porque houve uma queda ainda maior na apropriação da renda, caindo de 4,41 para 0,6; os 40% mais pobres detiveram 12,71 em 1991, enquanto em 2000 essa média caiu para 5,3%; os 60% mais pobres em 1991 alcançaram 25,38 da renda, caindo para 16,06 no ano de 2000; os 80% mais pobres em 1991 detinham 41,5, passando esse percentual no ano de 2000 para 38,5% da renda. Por outro lado os 20% mais ricos evoluíram nesse período passando de 54,86 em 1991 para 64,25%da renda em 2000, indicando que a renda per capita do território permanece concentrada nas mãos da população mais rica, provocando dessa forma, mais desigualdade social.

A taxa de fecundidade no período 1991-2000 teve uma queda de 0,97%, passando de 4,75% em 1991, para 3,78%, em 2000. Isso pode ser um indicativo de que os programas de saúde pública de acompanhamento às famílias (PSF) de planejamento familiar possam estar contribuindo para a diminuição da taxa. Considerando que são as mulheres crianças, a maior parte da população, que compõem os grupos vulneráveis, as informações do território com relação à gravidez precoce ainda preocupam quando mulheres jovens adolescentes (de 15 a 17 anos) com filhos representam 11,65%, apesar de no período 1991-2000 ter diminuído cerca de 22,55%. Permanece muito alto o percentual de crianças inseridas em famílias com renda inferior ao salário mínimo (86,91%), tendo tido uma redução no período 1991-2000, apenas de 5,65%. São muitas, as mulheres assumindo sozinhas a chefia de suas famílias (5,5%), havendo um decréscimo de menos de 1% no período 1991-2000.

Sem negar a importância das políticas de transferência de renda como forma de garantir de imediato à sobrevivência dessas famílias constata-se no território a necessidade de investimentos na capacidade produtiva dessas famílias, pois só através da geração oportunidade de trabalho renda se poderá melhorar a vida dessas pessoas modificar o quadro de pobreza instalada no território.

No geral, a oferta de serviços básicos de água encanada, energia elétrica coleta de lixo à população melhorou significativamente, se compararmos o período 1991-2000.

Verifica-se que o acesso da população à água encanada passou de 18,05%, em 1991, para 34,91% em 2000, tendo um crescimento de 16,83%, mas somente 1/3 da população do território tem acesso a esse serviço básico. O município com melhor situação é Canindé (52,4%) e pior situação, Itatira (14,9%).

TABELA 4: Acesso a Serviços Básicos

Municípios	Água Encanada		Energia Elétrica		Coleta de Lixo	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Boa Viagem	24,9	43,4	33,3	72,5	47,4	73,4
Canindé	33,0	52,4	39,9	70,6	38,0	72,8
Caridade	15,5	35,8	40,5	83,7	41,3	64,9
Itatira	2,7	14,9	27,1	59,1	0,7	13,5
Madalena	16,1	33,4	31,2	80,9	14,5	54,4
Paramoti	16,1	29,6	24,5	56,1	66,2	87,8
Total	18,05	34,91	32,75	70,48	34,68	61,13

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD – 2003

Quanto ao acesso à energia elétrica houve uma melhora significativa no período, passando-se de 32,75% para 70,48%, representando um aumento da ordem de

37%, no entanto 30%(trinta por cento)da população ainda carece do acesso a esse serviço. A melhor situação é encontrada em Caridade (83,7%) e a pior,em Paramotí com 56,1%.

O item coleta de lixo melhorou um pouco nesse período, mas o percentual de pessoas sem acesso a esse serviço continua muito alto: um pouco mais de 39%da população do território. A situação mais crítica é a do município de Itatira com apenas 13,5 da oferta a melhor situação é de Paramotí, com cobertura de 87,8%da coleta de lixo. Alguns municípios no período 1991-2000 investiram nessa área, como o município de Madalena que passou de 14,5%para 54,4%; Canindé de 38% para 72,8%.

Os dados revelam que a maior parte da população está situada na faixa etária de 10 a 19 anos representando 23,30% da população total; seguida da faixa etária 20 a 29 anos (14,27%); 5 a 9 (12,36%); de 0 a 4 (12,09%);3 0 a 39(11,86%);+de 60 anos (10,55%); 40 a 49 (8,65%) e de 50 a 59 (6,88%).

TABELA 5: População Residente por Grupos de Idade

Municípios	Total	Faixa etária - anos							
		5a9	10 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	+ de60	
Boa Viagem	50.306	5.821	5.980	11.706	6.982	5.943	4.551	3.672	5.651
Canindé	69.601	8.257	8.546	16.432	10.152	8.520	5.988	4.673	7.033
Caridade	15.604	1.956	1.862	3.630	2.400	1.818	1.322	1.041	1.575
Itatira	15.541	2.096	2.138	3.655	2.028	1.681	1.330	987	1.626
Madalena	14.864	1.832	1.899	3.295	2.176	1.770	1.257	1.028	1.607
Paramoti	10.970	1.428	1.445	2.499	1.521	1.262	864	774	1.177
Total	176.886	21.390	21.870	41.217	25.259	20.994	15.312	12.175	18.669

Fonte: IBGE

Há um contingente significativo de pessoas na faixa etária de 10 a 29 anos o que demanda investimentos em políticas públicas para o público jovem, nas áreas educacional, cultural e produtiva. As mulheres as pessoas com mais de 60 anos representam um percentual muito alto, indicando que esses segmentos precisam ter acesso às políticas públicas de inserção no processo produtivo (crédito, assistência técnica...), de acesso aos serviços sociais básicos (saúde, educação, moradia, creches, equipamentos sociais etc).

No geral a população masculina representa 50,56%da população total do território, tendo um crescimento de 5,15%, passando de 45,41%em 1991, para 50,56% em 2000, concentrando-se 54,12% na área rural e 45,87% na urbana; enquanto as mulheres representam 49,43% da população total do território, tendo um crescimento de 4,89%, passando de 44,54% em 1991, para 49,43% em 2000, estando 49,63% na área urbana e 50,36% no rural.

1.4. Dimensão da educação

Com relação aos indicadores de educação, verifica-se que ainda é muito alta a taxa de analfabetismo no território, mesmo entre a população mais jovem: na faixa etária de 7 a 14 anos, a média é de 28,43%, embora no período 1991-2000 tenha diminuído em média 50%. Na faixa de 10 a 14 anos essa taxa diminui mais de 60% no período (1991-2000), mas permanece ainda alta: 16%. Na faixa de 15 a 17 anos essa taxa cai para 10% (ano de 2000) na faixa entre 18 a 24 anos essa taxa sobe para 19,53%. Entre a população adulta o índice ainda é muito alto: 47% (quarenta e dois por cento).

TABELA 6: Matrícula na Educação Infantil por município e dependência administrativas

Municípios	Total	Pré - Escola									Total	Creches								
												Matrícula Total								
		Municipal						Privada				Estadual			Municipal			Privada		
		U	T	R	U	T	R	U	T	R		U	T	R	U	T	R	U	T	
Boa Viagem	1.420	.	.	.	810	509	1.319	.	101	101	182	.	.	.	115	31	146	.	36	36
Canindé	2.588	.	.	.	882	861	1.743	191	654	845	1.276	.	.	.	441	715	1.156	.	120	120
Caridade	623	.	.	.	269	230	499	.	124	124	313	.	.	.	159	134	293	.	20	20
Itatira	1.211	.	.	.	1.211	381	830
Madalena	317	.	.	.	107	181	288	.	29	29	240	.	.	.	179	61	240	.	.	.
Paramoti	145	.	.	.	134	.	134	.	11	11	761	.	.	.	420	336	756	.	5	5
Total	6.304	.	.	.	3413	2162	4.813	191	919	1110	2772	.	.	.	1314	1277	2591	.	181	181

Fonte: CREDE 07/ SEDUC - PTDRS

Do total de matrículas da Pré-Escola (6.304), 4.813 são da Rede municipal, distribuídas da seguinte forma: 3.413 para a área rural 2.162 para a área urbana. Na Rede Privada são 1.110 matrículas, sendo 191 na área rural 919 na área urbana. As matrículas em creches totalizam 2.772 sendo 2.591 da Rede Municipal, das quais 1.314 são da área rural e 1.277 da urbana. A Rede privada oferece 181 matrículas, somente para a área urbana.

Das crianças com menos de 4 anos que estão matriculadas na Rede Municipal, 676 estão na área urbana 582 na área rural, totalizando 1.258 matrículas; enquanto na rede privada, 95 estão matriculadas na área urbana. Da faixa de 4 a 6 anos, são 1.324 matriculadas na Rede Municipal, sendo 723 na área rural 601 na área urbana. Na rede privada são 72 matrículas na área urbana. Com relação aos com mais de 6 anos, 9 estão matriculados na rede municipal, dos quais 9 são da área rural.

Das crianças com menos de 4 anos matriculadas na Rede Municipal, 27 estão na área urbana 179 na área rural, totalizando 206 matrículas; enquanto na rede privada, 51 estão matriculadas na área rural 140 na urbana. Da faixa de 4 a 6 anos, são 4.874 matriculadas na Rede Municipal, sendo 2.741 na área rural 2.133 na área urbana. Na rede privada são 910 matrículas, sendo que 140 estão na área rural 770 na urbana. Com relação aos com mais de 6 anos, 114 estão matriculados na rede municipal, dos quais 112 são da área rural e 2 da urbana. Da rede privada são 9 matrículas na área urbana.

TABELA 7: Taxa de escolarização da educação infantil

Municípios	População de 0 a 3 anos		Taxa de escolarização				População de 4 a 6 anos		Taxa de escolarização				Rede Municipal							
			Líquida		Bruta				Líquida		Creches				Pré-escolar					
	2000	2004	2000	2004	2000	2004	2000	2004	2000	2004	2000	2004	2000	2004	2000	2004	2000	2004	2000	2004
Boa Viagem	4.488	4.575	0,7	3,0	0,0	1,2	3.813	3.887	25,0	32,5	24,2	31,1	30	108	100,0	63,9	833	1.107	1,7	0,1
Canindé	6.415	6.705	19,4	16,5	6,8	10,7	5.422	5.667	38,5	50,0	36,1	44,8	1.11	1.08	64,9	34,8	1.29	2.34	1,6	2,3
Caridade	1.548	1.675	18,4	23,7	16,4	22,6	1.197	1.296	49,9	49,5	48,2	45,6	285	385	10,9	3,4	510	477	1,4	0,0
Itatira	1.669	1.742	0,0	2,5	0,0	1,8	1.301	1.358	79,4	89,4	69,6	80,1	0	43	0,0	25,6	1.03	1.21	6,9	4,8
Madalena	1.400	1.483	0,0	8,6	0,0	3,7	1.272	1.348	22,1	51,0	19,3	50,4	0	128	0,0	57,0	260	659	0,0	1,2
Paramoti	1.104	1.125	71,0	69,6	21,6	17,0	927	945	31,4	14,3	27,4	11,5	779	782	70,1	75,7	283	109	0,7	0,0
Total	16.62	17.30	18,2	20,6	7,46	9,5	13.93	14.501	41,0	47,7	37,4	43,91	2.20	2.53	40,9	43,4	4.21	5.91	2,05	1,4

Fonte: SEDUC

Do total de matrículas em creches percebe-se um pequeno acréscimo de 322 matrículas, o percentual fora de faixa ainda é muito alto: 53,98%. Por outro lado a matrícula do Pré-Escolar apresentou um aumento significativo de mais de 1.695 matrículas. Nesse mesmo período a taxa de escolarização cresceu de 37,46 para 43,91 indicando o esforço que os municípios vêm fazendo para oferecer educação infantil

TABELA 8: Ensino Fundamental – Rede Municipal

Municípios	Número de escotas					Matrículas					Número de professores				
	2001	2002	2003	2004	2000	2001	2002	2003	2004	2000	2001	2002	2003	2004	
Boa Viagem	153	171	162	145	143	11.520	11.894	12.307	12.132	11.535	429	427	421	427	416
Canindé	167	171	166	148	139	12.624	14.949	15.833	16.854	15.893	381	506	477	512	514
Caridade	31	33	33	32	32	3.384	3.493	3.422	3.566	3.675	98	110	118	129	152
Itatira	85	88	88	82	80	5.697	5.216	5.832	5.656	5.751	175	191	187	184	178
Madalena	39	55	45	46	42	3.451	3.718	3.944	4.348	4.172	118	139	127	150	163
Paramoti	56	56	58	54	53	3.392	3.235	3.324	3.367	3.370	107	106	107	132	134
Total	531	574	552	507	489	40.068	42.505	44.662	45.923	44.396	1.308	1.479	1.437	1.534	1.557

Fonte: PTDRS 2006

Verifica-se que desde o ano de 2000 vem tendo um decréscimo de aproximadamente 10% do número de escolas, significando que a distribuição de escolas

ainda é extremamente fragmentada, com unidades pequenas, uma infra-estrutura precária sem condições de alcançar os padrões básicos de funcionamento. Quanto ao número de matrículas verifica-se que apesar de ter tido um crescimento em números absolutos em 2003; em 2004 já se registra um decréscimo em torno de 1,% (1.527 matrículas a menos), fato que se explica pela diminuição das taxas de escolarização em alguns municípios. No que se refere aos professores, constata-se que apesar da diminuição de matrículas da ordem de 1% em 2004, houve um crescimento próximo aos 19%. Segundo a SEDUC, esse fenômeno pode ser revelador de algum tipo de inadequação do sistema, inclusive ser atribuído a motivações políticas.

Há uma enorme desvantagem das escolas que estão situadas no rural com relação às urbanas no que diz respeito à infra-estrutura de água, energia elétrica, esgoto sanitário distribuição de equipamentos como TV, vídeo, parabólica, microcomputadores, bibliotecas, laboratórios de informática, quadras de esportes, salas com TV e Vídeo e acesso à internet em todos os níveis: Infantil, alfabetização, ensino fundamental I, II e ensino médio. Essa discrepância significa a exclusão das crianças do meio rural do acesso ao conhecimento, à pesquisa, leitura, novas tecnologias, lazer, cultura, comunicação, informação etc., bem como o descaso dos Governos municipais em equipar as escolas do campo com infra-estrutura que garanta, sobretudo, a qualidade do ensino o desenvolvimento pleno dessas crianças.

TABELA 9: Infra-estrutura nos estabelecimentos com Ensino Fundamental -1^a a 4^a série – localização rural e urbano -2003

Municípios	total		Com água		c/ energia elétrica		Com esgoto		Com sanitário		Com biblioteca		c/ lab. informática		c/ lab. ciências		c/ quadra esporte		Sala com tv e vídeo		Com microcomputad		Tv e vídeo parabóli		Com acesso a internet	
	R	U	R	U	R	U	R	U	R	U	R	U	R	U	R	U	R	U	R	U	R	U	R	U	R	U
Boa Viagem	138	9	138	9	98	9	116	9	112	9	2	1	.	7	2	1	3	1	3	5	2	.	1	.	.	.
Canindé	129	21	124	21	77	21	102	21	102	21	2	7	1	2	.	2	3	6	.	2	.	8	8	4	-	4
Caridade	27	7	27	7	26	7	26	7	27	7	6	1	-	1	.	.	.	2	2	.	.
Itatira	78	4	78	4	49	4	68	4	68	4	1	1	2	1	.	.	.	1	-	.	2	2	4	2	.	.
Madalen	43	4	43	4	41	4	43	4	43	4	2	.	1	.	3	.	1	«	«
Paramoti	51	2	51	2	29	2	50	2	50	2	8	1	.	.
TOTAL	466	47	461	47	320	47	405	47	402	47	9	11	3	4	0	2	10	11	2	6	3	16	27	12	0	5

Fonte: PTDRS - SIM

Essa tabela expressa a falta de infra-estrutura e de condições de trabalho nas Escolas Rurais do Território, como podemos ver no Município de Caridade somente

uma escola rural, possui biblioteca requisito fundamental no processo de construção de conhecimentos e da leitura e escrita das crianças e adolescentes.

Essa situação se torna mais grave quando analisamos a oferta de ensino médio. Em todo o Estado do Ceará só existem, segundo dados do Censo Escolar 2006, 10 escolas de ensino médio localizadas na área rural. No território todas as escolas que atendem o ensino médio localizam-se na área urbana, evidenciando assim o processo de exclusão dos adolescentes e jovens do campo a educação média, ou então, os que querem continuar estudando precisam se deslocar de sua comunidade para a sede dos municípios, o que geralmente se torna uma ida sem volta, pois a maioria não quer mais continuar morando no campo.

Todas as 10 escolas têm cobertura de 100% nos serviços de infra-estrutura de água, energia elétrica, esgoto, sanitário. Destas, apenas 5 têm bibliotecas (50%); 7 laboratórios de informática; 2 laboratórios de ciências; 5 quadra de esportes; 2 sala de Tv e vídeo; 9 microcomputadores 8 têm acesso à internet.

Das 10(dez) escolas de ensino médio localizadas na sede dos municípios, destas, 8 (oito) são da rede pública (estadual) 2(duas) são da rede privada. O número de matrículas em 2003 totalizou 6.501, sendo 6.432 da rede pública 69 da rede particular. O número de professores chega a 268, sendo 251 da rede pública 17 da rede privada. Os municípios com maior número de escolas são Canindé (2) e Itatira (2).

TABELA 10: N ° de Matrículas, N ° de Docentes, N ° de Escolas do Ensino Médio-2003

Municípios	N° de Matrículas		N° de Docentes		N>° de Escolas	
	Rede	Rede	Rede Estadual	Rede	Rede	Rede
Boa Viagem	1678	22	46	8	1	1
Canindé	2976	47	134	9	2	1
Caridade	547	-	27	-	1	-
Itatira	445	-	25	-	2	-
Madalena	481	-	8	-	1	-
Paramoti	305	-	11	-	1	-
TOTAL/MUNICIPIO	6.432	69	251	17	8	2

Fonte:MEC/INEP/EdudataBrasil-2003

No que se refere à Educação Especial em todo o Estado do Ceará temos apenas 10 estabelecimentos na área rural com Educação Especial localizadas nos municípios de: Viçosa do Ceará, Uruoca, Sobral, Ocara, Aquiraz, Choro, Quixadá, Sobreira, Juazeiro do Norte. Portanto, no território aqui estudado não existe nenhuma escola na área rural que atenda a Educação Especial, evidenciando assim a exclusão da população do Campo a essa modalidade da Educação.

Algumas iniciativas, ainda de forma embrionária estão acontecendo no território no sentido de trabalhar a educação de forma contextualizada considerando a realidade do campo, com vistas a contribuir na ampliação da capacidade humana, produtiva, social, cultural, ambiental e política das pessoas.

Algumas ações têm um caráter mais de curto prazo, como as de alfabetização de jovens adultos -Programas Brasil Alfabetizado; BB Educar Alfabetização em 3 meses; de ações visando a capacitação específica, como é o caso do Programa Estadual de Qualificação -PEQ executado por ONGs e instituições públicas.

Está em curso no território, o Programa de Formação de Jovens Rurais Multiplicadores em Desenvolvimento de Sistemas produtivos Agroecológicos e Solidários no Contexto da Agricultura Familiar (1 e 2) apoiado pelo MDA/SDT/SAF que objetiva formar 60 jovens multiplicadores para acompanhar os processos as dinâmicas do desenvolvimento territorial (protagonismo social), principalmente os processos produtivos (inserção por meio do acesso ao PRONAF Jovem).

Na verdade, a discussão dentro das políticas educacionais de se elaborar políticas específicas para as escolas do campo traz mudanças significativas não só nos sistemas de ensino que obrigatoriamente deverão se adequar às peculiaridades da vida rural de cada região, instituindo conteúdos curriculares, metodologias apropriadas, adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola às condições climáticas natureza do trabalho na zona rural, mas, sobretudo, porque essa reformulação tem a capacidade de construir um referencial político-pedagógico que reconheça homens e mulheres do campo como portadores de direitos sendo, portanto, a educação um direito fundamental de cada ser humano, deva-a ser universalizada e transformadora.

1.5. Dimensão econômica do território

No território são 15.486 estabelecimentos rurais, totalizando uma área de 600.179 hectares. O número total de estabelecimentos rurais do território representa 4,6% do

número total do Estado, que é de 339.602; enquanto a área total dos estabelecimentos representa 6,7% da área total do Estado, que é de 8.963.841 hectares. A maior concentração de estabelecimentos rurais está na faixa de área de menos 5 ha, com um percentual de 44% (quarenta e quatro). Municípios como Canindé e Itatira concentra uma média de mais de 50%. Na faixa de 5 a 20 ha, há concentração em média de 20 a 30% das áreas dos estabelecimentos rurais nessa faixa; enquanto na faixa de área de 20 a 50 ha, os percentuais das áreas variam entre 7 a 20%. Na faixa de 50 a 100 ha esses percentuais variam entre 4 a 9% e acima de 100 ha há uma variação em torno de 6 a 12%, sendo que esse percentual apresenta índice maior no município de Caridade.

Considerando a condição dos produtores, verifica-se que 40,87% dos estabelecimentos rurais são de proprietários; 1,65% são arrendatários; 20,47% são parceiros 36,98% são ocupantes. Essa realidade impõe a necessidade de políticas de acesso à terra, uma vez que mais da metade (57,45%) desses produtores são parceiros ocupantes. Quanto à situação jurídica dos imóveis rurais verifica-se que há predominância de proprietários (área registrada), ocupando uma área de 380.897,4 ha, divididos em 3.017 estabelecimentos rurais, estando incluídos na categoria de minifúndios (1.151 imóveis/12.270,4ha) e pequenas propriedades (1.434 imóveis/139.897,4ha). Os imóveis sem registro (posseiros) são 1.460, totalizando uma área de 80.483,8ha, estando incluídos na categoria minifúndios (963/21.511,8ha) e pequenas propriedades (445/39.949,2ha).

O Território dos Sertões de Canindé concentra um número bastante significativo de áreas de assentamentos da reforma agrária, sendo no total 73 (setenta e três) assentamentos. Destes, 40 (quarenta) estão localizados em Canindé; 10 (dez) em Itatira; 9 (nove) em Boa Viagem; 8 (oito) em Madalena 3 (três) em Caridade e Paramotí. São 132.246 ha (cento e trinta e dois, duzentos e quarenta e seis hectares) de área, beneficiando cerca de 2.953 (duas mil, novecentos e cinquenta e três) famílias.

Preocupa o tamanho médio das propriedades rurais dos agricultores familiares, o que significa sem dúvida um entrave para o desenvolvimento da agricultura pecuária. Do total geral, 47,92% têm área inferior a 5 há 28,14% estão na faixa de 5 a 20 há. De 20 a 50ha apenas 12,2% estão nessa faixa e de 50 a 100ha apenas 6,56% dos agricultores familiares tem propriedades nessa faixa. Acima de 100 ha esse número cai para 5,14%, indicando a alta concentração de terra no território.

Outro fator preocupante é a renda gerada nos estabelecimentos rurais familiares: 53,5% dos estabelecimentos familiares estão na faixa dos quase sem renda; 23,8% com

renda baixa; 18,5% com renda média 4,2% com maiores rendas. O município de Paramotí é o que apresenta maior percentual de inclusão na faixa de quase sem renda (67,2%) Madalena apresenta o percentual menor (41,3%). Os municípios com maiores rendas são Madalena (6,3%) e Boa Viagem (4,4%). No geral, a situação da renda nos estabelecimentos é muito ruim, o que requer a adoção de políticas públicas que sejam capazes de gerar trabalho e renda nesses municípios, essencialmente rurais.

Todas as questões diagnosticadas apontam para uma intervenção mais efetiva dos Governos Federal, Estadual e Municipal com relação à democratização do acesso à terra (desapropriação, regularização fundiária), o acesso dos(as) trabalhadores(as) rurais às políticas de apoio à organização da produção etc. Do ponto de vista econômico há um enorme potencial e vocação para o desenvolvimento da agricultura, seja ela de sequeiro, irrigada a fruticultura criação animal, com destaque para a bovinocultura de leite, a ovinocaprinocultura, suinocultura, apicultura, avicultura intensiva caipira, piscicultura para atividades não agrícolas, como o artesanato, o turismo, a agroindústria indústria rural para beneficiamento do pescado, da mandioca e da castanha de caju, de frutas e derivados do leite.

O turismo religioso mostra-se como uma possibilidade para o incremento econômico, uma vez que o território reúne uma série de condições propícias ao desenvolvimento desta atividade.

Alguns municípios assumem a condição de municípios-pólos como é o caso de Canindé e Boa Viagem, tendo uma movimentação maior nos setores do comércio, indústria e serviços. O contingente de pessoas ocupadas principalmente no setor de serviços é bastante significativo dando-se destaque para algumas atividades como alojamento alimentação, educação, imobiliárias, alugueis e serviços prestados às empresas outros serviços coletivos, sociais e pessoais, correspondendo esta última atividade com mais de 60% de todas as outras atividades.

No que diz respeito à primeira variável PIB Total, verifica-se que no período de 2000-2002, o território cresceu em termos nominais, 19,5%, atingindo em 2002, um PIB de 402 milhões de reais. Esse valor, dada a população do território naquele ano, correspondia a um PIB per capita da ordem de R\$11.825,00 mostrando com relação a 2002, um crescimento nominal de 7,0%. Olhando-se para a composição por setores verifica-se que o Produto Agropecuária tem uma participação de 19,51% do PIB Total, passando de uma participação de 18,51% em 2000, para 19,51 em 2002, crescendo

aproximadamente 1,0%, sendo os municípios de Itatíra (30,0%), Madalena(31,2%) e Boa Viagem(20,0%)que apresentam maior contribuição.

No que diz respeito à participação do setor indústria esse tem apresentado uma participação significativa, atingindo 17,58% do PIB territorial, tendo decrescido no período, quando em 2000 ra 18,59%. Os municípios que contribuem para esse setor são: Canindé (47,2%), Caridade (40,6%) e Paramotí (12,9%).

O setor serviços apresenta um percentual muito significativo, em torno de 62%do PIB total, dando-se destaque para os municípios de Boa Viagem, Paramotí, Itatíra e Madalena que tem uma participação de mais de 60% neste setor.

Dentre as políticas do Governo do Estado está a de interiorização da indústria. Mesmo com a oferta de incentivos fiscais de instalação de toda infra-estrutura, seja em distritos industriais ou não, mesmo com todos esses atrativos, esse setor não tem correspondido às expectativas de oferta de empregos ocupação da mão-de-obra nesses municípios, tampouco tem sido o setor responsável pela geração de renda no território. Na verdade, essa política tem sofrido sérias críticas, que vão desde as que denunciam a forma de exploração de mão-de-obra jovem feminina às que denunciam que foi uma forma encontrada para as empresas burlarem a legislação fiscal trabalhista (implantação de falsas cooperativas).

No território, existe uma gama de indústrias, sendo mais de 128 (cento e vinte e oito) com destaque para a indústria de transformação. Existem indústrias de mobiliário, de vestuário, calçados artigos de tecidos, couros peles, de produtos alimentares, de madeira, extrativa mineral, de construção, têxteis, produtos minerais não metálicos, metalurgias, gráficas.

Os municípios que concentram o maior número de indústrias são Canindé (65) Boa Viagem (41). São encontradas ocorrência de barita, fonte de obtenção do Bário, metal pesado utilizado na indústria química, farmacêutica de material elétrico calcário (calcita) em Caridade jazidas de Berilo (empregado como pedra semi-preciosa nas indústrias de equipamentos espaciais usinas atômicas); calcário (em forma cristalina); cianita (utilizada na fabricação de porcelana); espodumênio (que é uma das fontes do

lítio); moscovita (mica-branca); quartzo, quartzo róseo, ametista (que é uma variedade do quartzo); feldspato (usado na fabricação de porcelana cerâmica branca) e rutilo em Canindé. Também são encontradas jazidas de tremolina, usada na fabricação de cerâmica em Boa Viagem.

1.6. Dimensão político-institucional do território

Quanto aos aspectos organizativos político-institucionais há uma diversidade de espaços de exercício de participação como os conselhos, sindicatos patronais de trabalhadores urbanos e rurais, associações comunitárias e de produtores, grupos de mulheres, federações. Várias organizações não governamentais, sindicatos, associações, instituições públicas, empresas privadas de assistência técnica têm atuação territorial na execução de programas/projetos sociais e prestação de serviços.

São vários os programas e projetos governamentais em execução no território: O Programa Bolsa Família que beneficia mais de 36 mil famílias o que representa um repasse de mais de R\$ 1,5 milhões de reais; a Previdência Social, que somente no mês de maio/2005 repassou para o território o montante de mais de 7 milhões de reais para atender mais de 25 mil beneficiários; os Programas da CONAB incentivando a agricultura familiar, pequenos criadores agroindústrias de pequeno porte; o Seguro Safra , onde dezesseis desses municípios estão aptos à Adesão do Programa Garantia Safra em 2005, sendo eles: Boa Viagem, Canindé, Caridade, Itatíra Madalena; o Programa Leite é Saúde do Governo do Estado que visa diminuir a vulnerabilidade familiar, combatendo a fome a desnutrição de gestantes crianças de 0 a 6 anos de idade ao mesmo tempo fortalecer a cadeia produtiva do leite, gerando emprego e renda. O município de Canindé não foi incluído no Programa. Tendo sido: Crateús, Independência, Ipú, Nova Russas, Santa Quitéria e o Programa Mamona do Ceará.

Os municípios que apresentam índices mais elevados de desnutrição são:Boa Viagem (21,72%), Caridade (20,18%) Madalena (19,65%) estão sendo atendidas 1.776 (hum mil, setecentos e setenta e seis) crianças entre 0 e 6 anos e 1.006 (hum mil e seis) gestantes. A cota de distribuição do leite chega a 2.886(duas mil,oitocentos e oitenta e seis). O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, nos anos 2004 2005 (até 1 ° semestre), por meios de suas diversas modalidades (A,A/C,B,C,D,E) disponibilizou para o Território, aproximadamente 10 milhões para

crédito rural aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária, para atendimento a mais de 6 mil contratos.

É importante destacar ainda, o Programa Luz para Todos que identificou carência de energia elétrica em áreas de assentamentos e das comunidades rurais até o 2º semestre de 2006 estará atendendo essas comunidades, beneficiando mais de 700 famílias o Programa de Combate à Pobreza Rural -PCPR – Projeto São José que em dois anos meio (2003 a 2005) já apoiou projetos em mais de 66 comunidades rurais, liberando recursos da ordem de mais de R\$ 5 milhões de reais, beneficiando mais de 1700 mil famílias do território.

Algumas intervenções em execução no território foram destacadas por assumirem um caráter diferenciado, sendo: a Assistência Técnica, Social e Ambiental (ATES)-MDA/INCRA; o Projeto Formação de Jovens Multiplicadores em Desenvolvimento de Sistemas Produtivos Agroecológicos e Solidários no Contexto do Desenvolvimento Territorial – 2004/2005 onde serão formados 90 jovens multiplicadores que poderão acessar o PRONAF Jovem; o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais o Programa de Cisternas de Placas para Captação de Água da Chuva -P1MC.

1.7. Estrutura fundiária

TABELA 11: Número de Estabelecimentos Rurais por hectare

MUNICÍPIO	TOTAL	- de 5 há		5 " 20 ha		20 a 50 ha		50 a 100 há		+ de 100 há	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Boa Viagem	5.647	2.651	46,9	1.344	23,8	691	12,2	528	9,4	433	7,7
Canindé	5.255	2.865	54,5	1.197	22,8	597	11,4	260	4,9	336	6,4
Caridade	650	174	26,8	220	33,8	136	20,9	37	5,7	83	12,8
Itatira	1.312	723	55,1	281	21,4	103	7,9	88	6,7	117	8,9
Madalena	1.752	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Paramoti	870	339	39,0	268	30,8	136	15,6	68	7,8	59	6,8
Total	15.486	6.029	44,46	3.310	26,52	1.663	13,6	981	6,9	1.028	8,52

Fonte: IBGE 1995/96 Obs.: Não dispomos de informações do município de Madalena.

No território são 15.486 estabelecimentos rurais, totalizando uma área de 600.179 hectares. O número total de estabelecimentos rurais do território representa 4,6% do número total do Estado, que é de 339.602; enquanto a área total dos estabelecimentos representa 6,7% da área total do Estado, que é de 8.963.841 hectares. A maior concentração de estabelecimentos rurais está na faixa de área de menos 5ha, com um percentual de 44% (quarenta quatro). Municípios como Canindé Itatira concentra uma média de mais de 50%.

Na faixa de 5 a 20ha, há concentração em média de 20 a 30% das áreas dos estabelecimentos rurais nessa faixa; enquanto na faixa de área de 20 a 50ha, os percentuais das áreas variam entre 7 a 20%. Na faixa de 50 a 100ha esses percentuais variam entre 4 a 9% acima de 100ha há uma variação em torno de 6 a 12%, sendo que esse percentual apresenta índice maior no município de Caridade. De acordo com os dados antes referidos, vamos encontrar a seguinte situação:

TABELA 12: Estabelecimentos por estrato de área e condição do produtor

Nº de hectares	nº de propriedades	% de concentração de área
Menos de 5 ha	6.029.....	44,46%
5 a 20 ha	3.310.....	26,52%
20 a 50 ha	1.663.....	13,6%
50a 100 há	981.....	6,9%
Mais de 100 ha.....	1.028.....	8,52%

Fonte:PTDRS

Do total dos estabelecimentos rurais, constatou-se que uma pequena parte pertence a Instituições Religiosas (0,87%), Entidades Públicas (6,20%), à Classe Patronal (5,24%) cerca de 87,62% são categorizados como estabelecimentos de agricultores familiares. Do total geral, na faixa de menos 5ha, 6,0% estão com os patronais; 10,8% com entidades religiosas; 41,2% com entidades públicas 48% com os agricultores familiares. Na faixa de 5 a 20ha, 8,4% são de patronais; 43,6% de entidades religiosas; 33,2% de entidades públicas 28% de agricultores familiares.

TABELA 13: Áreas de Assentamentos da Reforma Agrária

N.º	Município	Assentamento/Comunidade	N.º de Famílias	Área (ha)	Órgão Ftnanciador
1	Boa Viagem	PA Aleixo	12	701,0	INCRA
		PA Buenos Aires	39	1.164,0	INCRA
		PA Boa Ventura	69	1.742,0	INCRA
		Ação Comunitária de Divisão	16	503,0	Ação F. São Projeto São José
		Ação Comunitária Bom Jesus	11	327	Projeto São José
		Ass. Bela Aliança/Holanda	25	1.384,	Cédula da Terra
		Ass. do Riacho Meio/Nilo Alegre	10	550,0	Cédula da Terra
		Ass.de Volta do Rio/Faz. Sabonete	13	708,0	Cédula da Terra
		Ass. Nossa Senhora Aparecida	10	299,5	Cédula da Terra
2	Canindé	PA Grossos	20	823,0	INCRA
		PA Ipueira da Vaca	144	7.236,0	INCRA
		PA Cacimba de Dentro/ Três Irmãos	54	2.042,0	INCRA
		PA Lagoa Verde	19	854,0	INCRA
		PA Fazenda Suíça	38	1,396,0	INCRA
		PA Tiracanga/Logradouro	108	3.756,0	INCRA
		PA Guarani/Bom Lugar	47	2.040,0	INCRA
		PA Nojosa	12	490,0	INCRA

		PA Armadores	17	795,0	INCRA
		PA Alegres	19	848,0	INCRA
		PA Jacurutu	119	5.454,0	INCRA
		PA Todos os Santos	82	3.301,0	INCRA
		PA Santa Helena	43	2.254,0	INCRA
		PA Poço/Riacho das Flores	15	502,0	INCRA
		PA Transval/Pau de Leite	71	2.948,0	INCRA
		PA Baixa da Areia	26	1.695,0	INCRA
		PA Varzante do Curu	23	622,0	INCRA
		PAIpiranga	23	941,0	INCRA
		PA Entre Rios	60	2.804,0	INCRA
		PA Carnaubal	59	2.990,0	INCRA
		PA Rocilandia	33	1.745,0	INCRA
		PA São Paulo	88	3.878,0	INCRA
		PA Santana do Cal	22	1.047,0	INCRA
		PA Rancho Primavera	25	952,0	INCRA
		PA Souza	60	3.212,0	INCRA
		PA Logradouro/Ibiraçu	68	3.556,0	INCRA
		PA Imburanas/1º de Maio	26	1.154,0	INCRA
		PAFrazão	20	750,0	INCRA
		Papel	91	3.584	INCRA
		Cachoeira Cercada	14	705,0	IDACE
		Ass. de Pedra Furada	16	1.080,0	Cédula da Terra
		Ass. de Corrente H/Conceição	14	584,3	Cédula da Terra
		Ass. da Faz. Jitirana	12	431,1	Cédula da Terra
		Ass. de Maracajá	8	422,2	Cédula da Terra
		Ass. de Japuará/Salão	15	331,1	Cédula da Terra
		Ass. da Faz. Juá/Nova Olinda	18	922,0	Cédula da Terra
		Ass. de Oiticica H/Oiticica	11	364,0	Cédula da Terra
		Ass. da Faz. Sta. Rita/Santa Rita	14	633,0	Cédula da Terra
		Ass. de Sta. Clara H/Santa Clara	20	1.340,0	Cédula da Terra
		Ass. de Cacimba Nova/R			
		Alegre/Cone. Meio	20	958,1	Cédula da Terra
		Ass. de Boa Vista dos			
		Caulas/Feijão	10	297,8	Cédula da Terra
3	Caridade	PA Carneiro	58	3.828,0	INCRA
		PA Fazenda Serrote	190	8.828,0	INCRA
		Ass. de Santo Antônio/Santo Antônio	37	1.888,1	Cédula da Terra
4	Itatira	PA Serri nhã/Santa Maria	15	363,0	INCRA
		PA Amargosa	47	1.513,0	INCRA
		PA Umarizeira	127	4.576,0	INCRA
		Vitória	49	2.669,0	IDACE
		Ass. Com. Tatajuba/Faz. São Tomáz	11	649,0	Ação F. São José
		Ass. Com. São Pedro de Alegre/Nova Olinda	15	507,4	Cédula da Terra
		Ass. de Bom Lugar/Poço da Pedra	10	504,0	Cédula da Terra
		Ass. de Oiticica/Oiticica	11	429,1	Cédula da Terra
		Associação Menino Jesus de Pica Pau	10	353,1	Cédula da Terra
		Ass. de Lagoa de Dentro			
		II/Trapiazeiro	10	359,0	Cédula da Terra
		PA São Joaquim	422	22.992,0	INCRA
		Cacimba Nova	26	348,0	IDACE
		Assento Comunitário Santo Antônio	15	392,0	Ação F. São José
		Ass. da Vaca Serrada	9	471,2	Cédula da Terra

		Ass. de Cacimba Nova	8	381,2	Cédula da Terra
		Associação Macaoca	15	698,1	Cédula da Terra
		Ass. da Serrote Feio/Serrote Feio	8	296,3	Cédula da Terra
		Ass. de Felão/Serrinha dos Paulinos	17	744,3	Cédula da Terra
6	Paramoti	Ass. de Pinda l/Pau D'arco	12	617,9	Cédula da Terra
		Ass. da Região de Cangati/Faz. Sangria	22	1.117,0	Cédula da Terra
Total	6	73	2.953	132.245	-

Fonte: INCRA

O Território dos Sertões de Canindé concentra um número bastante significativo de áreas de assentamentos da reforma agrária, sendo no total 73 (setenta e três) assentamentos. Destes, 40 (quarenta) estão localizados em Canindé; 10 (dez) em Itatira; 9 (nove) em Boa Viagem; 8 (oito) em Madalena e 3 (três) em Caridade e Paramoti. São 132.246 ha (cento e trinta e dois, duzentos e quarenta e seis hectares) de área, beneficiando cerca de 2.953 (duas mil, novecentos e cinquenta e três) famílias.

Os assentamentos rurais com áreas acima de 3.000ha estão localizados nos municípios de: Canindé (1/7.236ha/144F; 1/5.454ha/119F 5 acima de 3.000ha); Caridade (1/3.828ha/58F e 1/8.828ha/190F); Itatira (1/4.576ha/127F) Madalena (1/22.992ha/422F). Essas áreas de assentamento são coordenadas pelo INCRA (assentamentos federais-38) IDACE (assentamentos estaduais-3) foram financiadas com recursos do MDA e dos programas Cédula da Terra (28); Ação Fundiária São José (4).

1.8. Dimensão da saúde no território

TABELA 14: Unidades de Saúde Vinculadas ao Sistema Único de Saúde, por Tipo de Prestador

Municípios	Unidades de saúde ligadas ao SUS													
	Total		Públicas						Privadas					
			Federal		Estadual		Municipal		Filantrópicas		Sindicais		Outras	
	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003	2002	2003
Boa Viagem	31	32	-	•	•	•	28	29	-	-	1	1	2	2
Canindé	35	36	.	.	1	1	24	25	8	1	2	2	-	7
Caridade	10	10	•	.	.	.	9	9	.	.	1	1	.	-
Itatira	11	12	.	-	6	6	5	6	-	•	-	.	-	-
Madalena	11	11	.	-	-	.	11	11	-	.	.	.	-	.
Paramoti	11	11	.	-	3	3	7	7	1	1	-	-	-	-
Total	109	112	0	0	10	10	84	87	9	2	4	4	2	9

Fonte: Ministério da Saúde - Indicadores Municipais de Saúde - CIOPS, 2000/2003

TABELA 15: Agentes de saúde, número de famílias acompanhadas e população assistida pelo Programa Agente de Saúde.

Municípios	Programa Agentes de Saúde					
	Agentes comunitários de saúde		Famílias acompanhadas		População assistida	
	2002	2003	2002	2003	2002	2003
Boa Viagem	154	95	12.482	5.122	51.815	17.252
Canindé	155	134	15.362	17.412	63.370	59.405
Caridade	31	27	3.439	3.960	15.771	16.091
Itatira	34	36	3.840	4.132	17.950	17.471
Madalena	51	18	3.870	2.473	14.047	8.754
Paramoti	22	22	2.840	2.978	10.529	12.059
Total	447	332	41.833	36.077	173.482	131.032

Fonte :Ministério da Saúde -Indicadores Municipais de Saúde – CIOPS,2000/2003

A análise das informações revela que houve poucos investimentos na saúde no que se refere à ampliação das unidades ligadas ao SUS, principalmente na rede pública. Houve uma redução de unidades da rede privada, a exemplo das Filantrópicas. Quanto ao número de profissionais, sejam de nível superior ou médio,médicos,dentistas,enfermeiros agentes comunitários diminuiu em mais de 430 (quatrocentos e trinta) o número de profissionais contratados no ano de 2003.

No que se refere ao Programa Agente de Saúde houve uma diminuição do número de agentes comunitários de saúde no período 2002/2003, de 115 profissionais, representando um percentual de 25,72%; uma diminuição de 5.756 famílias acompanhadas pelo programa e de 42.450 da população assistida, representando um percentual em torno de 30%.

O Programa Saúde da Família no período diminuiu o número de equipes m torno de 10% (dez por cento) para atendimento da população assistida (taxa decrescente no período (2%), tendo, porém um aumento do percentual de cobertura (20%).

TABELA 16: Orçamentos Públicos em Saúde

Municípios	Orçamentos Públicos em Saúde															
	Despesas total com saúde por habitante (R\$)				Despesas com recursos próprios por habitante				Transferências SUS por habitante				% despesa com pessoal/ i despesa total S			
	2000	2001	2002	2003	2000	2001	2002	2003	2000	2001	2002	2003	2000	2001	2002	2003
Boa Viagem	67,52	79,31	87,05	84,61	27,16	40,41	45,13	47,65	40,35	38,90	41,93	36,96	58,18	37,10	51,14	58,72
Canindé	76,30	84,90	112,5	118,7	11,81	24,40	37,82	32,82	64,49	60,49	74,74	85,95	32,62	30,93	41,98	39,35
Caridade	68,33	71,42	85,68	85,48	29,30	27,88	37,89	37,82	39,03	43,53	47,80	47,66	43,28	34,12	54,62	70,18
Itatira	47,18	66,37	94,93	105,7	27,25	43,73	63,48	65,03	19,93	22,64	31,45	40,72	34,73	16,21	52,70	59,33
Madalena	50,06	64,87	110,9	94,40	10,60	31,68	83,75	52,09	39,46	33,18	27,21	42,31	26,65	28,73	50,87	71,45
Paramoti	66,61	95,22	157,0	138,0	45,15	54,19	94,14	59,74	21,27	13,75	53,65	72,88	67,78	56,91	59,93	43,28
Total	376,0	462,0	648,2	627,0	151,2	222,2	362,2	295,1	224,5	212,4	276,7	326,4	263,2	204,0	311,2	342,31

Fonte: Ministério da Saúde - Indicadores Municipais de Saúde - CIOPS, 2000/2003

TABELA 17: Despesas e Receitas com Saúde Pública

Municípios	Despesas com recursos próprios				Receitas de impostos e transferências constitucionais legais			
	2000	2001	2002	2003	2000	2001	2002	2003
Boa Viagem	1.366.468,49	2.043.811,60	2.292.842,94	2.432.222,27	6.244.708,00	8.244.023,00	9.751.041,35	9.789.845,25
Canindé	821.918,21	1.721.304,50	2.693.943,13	2.362.887,66	8.757.838,08	10.681.779,00	13.390.660,60	13.729.734,62
Caridade	457.235,15	445.680,17	616.429,36	626.955,88	3.303.371,00	4.003.581,00	5.080.299,10	5.436.202,71
Itatira	423.564,44	688.097,07	1.009.050,20	1.044.704,94	3.728.567,00	4.497.704,00	5.075.436,00	5.114.497,50
Madalena	157.498,07	479.072,68	1.283.876,34	809.799,47	3.684.686,00	3.777.187,00	4.486.355,00	4.666.378,20
Paramoti	235.434,14	452.723,73	697.595,50	871.534,12	3.060.955,00	3.268.056,00	3.961.631,00	4.063.273,90
Total	3.462.118,49	5.830.689,84	8.593.737,47	8.148.104,34	28.780.127,14	34.472,333,27	41.745,424,29	42.799.932,30

Fonte: Ministério da Saúde - Indicadores Municipais de Saúde - CIOPS, 2000/2003

No que se refere aos orçamentos públicos gastos com saúde, constata-se o seguinte: no período 2000/2003 houve um aumento da ordem de 50% das despesas totais com saúde por habitante; das despesas com recursos próprios por habitante; de transferências SUS por habitante e do percentual de despesa com pessoal.

Com relação ao percentual de transferências do SUS para despesa total com saúde houve uma queda de quase 10% desse repasse para os municípios. O percentual de recursos próprios aplicados em saúde (EC 29) aumentou em média 25% a despesa total com saúde aumentou em média 50%.

As despesas com recursos próprios no período 2000/2003 também aumentou em média 50% as receitas oriundas de impostos e transferências constitucionais legais aumentaram cerca de 40%(quarenta por cento).

Todos os municípios mantêm postos de saúde na sede nos distritos. Existem Centros de Saúde, Serviços de Assistência Médica e unidades obstétricas em todos os municípios Boa Viagem, Canindé e Caridade.

Há ambulatórios consultórios odontológicos mantidos pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais em Boa Viagem, Canindé e Caridade. O IPEC mantém Agências Regionais em Canindé.

2. O município de Caridade no território dos Sertões de Canindé

a) Um pouco de história do município

Em 1860, o coronel Antônio Gaspar da Silveira situou este lugar à margem esquerda das nascentes do rio Macaco, elevando na sua vizinhança, ao leste, um pequeno serrote chamado Kágado, nome que tomou a nascente fazenda. A sua especial situação ao lado da transitada estrada dos sertões do interior para Maranguape e Fortaleza aumentou depressa o seu desenvolvimento, tornando-se, em pouco tempo, um povoado importante pelo seu comércio e pela feira de gados transportados dos sertões criadores de Boa Viagem, Santa Quitéria e Inhamuns.

Numa missão de penitência pregada pelo padre José Tomás, mais ou menos em 1880, edificou-se uma capela sob o patrocínio de Santo Antônio de Lisboa, em cuja ocasião, o mesmo missionário mudou o nome da povoação de Kágado para o de Caridade. O patrimônio da nova capela foi doado pelo coronel Antônio Gaspar da Silveira, constando de uma área de 500 metros de frente e 200 de fundo, até a base do referido serrote. A povoação sempre crescente e a prosperidade de seu comércio se desenvolveram rapidamente, tornando-se a capela insuficiente para abrigar o povo que a freqüentava. Os seus habitantes decidiram, então, construir uma capela mais ampla e conveniente. Graças aos esforços abnegados do virtuoso sacerdote padre José Antônio Cavalcante, que era o Capelão da Igreja, e à louvável cooperação do senhor Raimundo Lopes Ferreira.

Caridade, que era distrito de Canindé, tornou-se cidade em 06 de agosto de 1958 através da lei 4157. Sua religiosidade é marcante onde o padroeiro é Santo Antonio, comemorado em 13 de junho. Apesar de emancipado politicamente, Caridade continua dependente comercialmente da cidade de Canindé. Com a posição do ranking o município é um dos mais pobres do estado com o IDH de 116, sendo que o numero de idosos continua em crescimento.

b) Espaço geográfico e social de Caridade

FIGURA 02 : Mapa do Município de Caridade

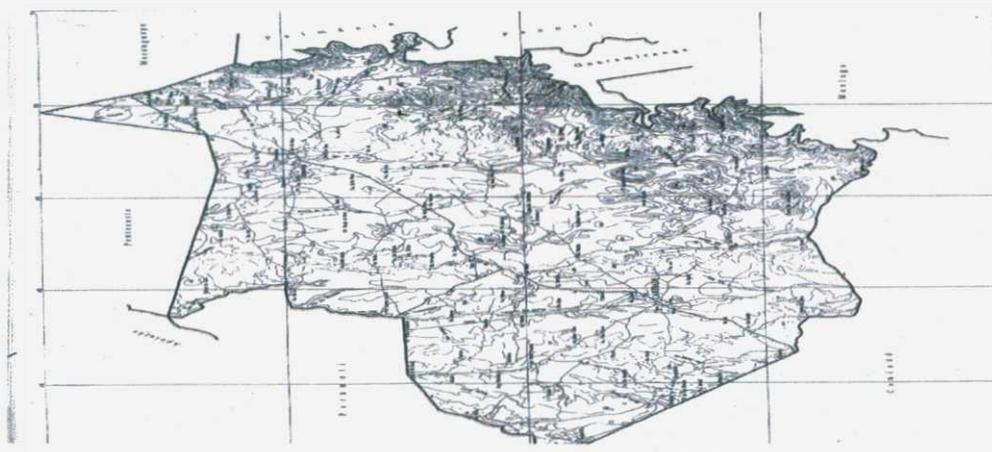


FIGURA 03 : Mapa da localização do Município de Caridade no Estado do Ceará



- **Área:** 846Km²
- **Microrregião:** (Território 5- Sertões de Canindé)
- **Habitantes:** 17.948 Esta população está mais concentrada na zona urbana hoje com 53,71% (2007), no entanto, se tomamos como referência o estudo de VEIGA (2002) verificamos que mesmo esse, é um município rural, pois tem

população inferior a 20 mil habitantes e densidade demográfica de 18,80 hab/km²)

- **Limites:** Norte: Maranguape, Pentecoste e Apuiarés; Sul: Canindé e Aratuba; Leste: Mulungu, Guaramiranga, Pacoti e Palmácia.; Oeste: Paramoti
- **Dados pluviométricos:** Ano de 2.006 - 742,00 mm com concentração de chuvas nos meses de março e abril e distribuição irregular; Ano de 2007 - até 23 de março: 287mm, com concentração no mês de fevereiro;
- **Tipos de solos:** Classes (Bruno não Cálcico) Luvisolos, correspondendo 69% da área (Podzólico Vermelho-Amarelo) Argisolos, correspondendo 11%
- **Aspecto Social**

O município é composto por famílias de média e baixa renda predominantemente, com laços familiares fortes uma população jovem crescente. Caracterizada pela grande festa de Santo Antônio com participação efetiva da população do município e região iniciando com o novenário do mês de maio na sede do município e encerrando o período de festejos em 13 de junho dia de Santo Antônio.

- **Aspectos econômicos**

Predominância da agricultura familiar na exploração das culturas de subsistência milho e feijão e na agropecuária ovinos, caprinos e bovinos. Tendo como complementaridade atividades: a pesca, apicultura, artesanato de madeira (santeiros), palha, couro e renda. e a existência de pequenos e médios comerciantes em todo município.

- Grupos Produtivos: Ovinos e caprinos: 6 assentamentos e em 38 comunidades rurais; apicultura: 2 assentamentos(Santo Antonio e Serrote); Pescadores Artesanais: 213 cadastrados- Colônia Z57 e 63 cadastrados no SIAP.
- Artesanato: Ponto da Marca (C Belos, S Domingos e Caridade); Bordados Variados (Campos Belos, S Domingos e Caridade); Rechilier (Campos Belos); Bainha (Campos Belos); Crochê (S Domingos e Caridade); Cerâmica (Pató); Palha (São Domingos); Talha (São Domingos); Curtumes e Seleiro (S Domingos e Caridade)
- **Aspectos religiosos**

Predominância da religião católica, evangélica.

- **Aspectos de Infra-estrutura**

O município é cortado pela BR 020, com 90 % de cobertura de rede elétrica com açudes de médio e pequeno porte, bem como um número significativos de poços profundos e rasos, com telefonia pública nos distritos e nas maiores comunidades rurais, estradas vicinais ligando as comunidades rurais à sede do município e maciço de Baturité bem como outros municípios da região. Na área da saúde dispõe de uma Unidade Mista de Saúde, postos de saúde nos distritos com atendimento dos PSF nas comunidades.

- **Organizações sociais**

- Associativismo: 73 associações;
3 sindicatos;
2 Fundações.
- Grupo Informal - Grupo de Jovens, (Organizados em Corais, Teatro, Dança, Pintura e Evangelização ligada a Igrejas).

2.1 A Saúde no Município

A saúde do município, vive basicamente dos recursos federais, onde as políticas públicas estão sendo exercidas como deveria. Hoje contamos com uma unidade de saúde que atende precariamente a demanda dos que a procuram.

Como em todo país a saúde está doente, a da Caridade não foge a regra. O sistema SUS é ineficaz, deixando de atender as necessidades de urgência e emergência. Os PSF's não atendem nos fins de semanas, deixando os seus distritos sem atendimento primário nesse período.

Hoje as emergências são transferidas em ambulâncias, os pacientes vão para Canindé (Referencia secundaria da micro-região), ou Fortaleza (Referencia terciária da macro-região).

TABELA 18: Números de estabelecimentos.

Estabelecimentos de Saúde total	7	estabelecimentos
Estabelecimentos de Saúde públicos total	7	estabelecimentos
Estabelecimentos de Saúde público municipal	7	estabelecimentos
Estabelecimentos de Saúde sem internação total	6	estabelecimentos

Estabelecimentos de Saúde com internação público	1	estabelecimentos
Estabelecimentos de Saúde com especialidades com internação total	1	estabelecimentos
Estabelecimentos de Saúde com especialidades com internação público	1	estabelecimentos
Estabelecimentos de Saúde geral com internação público	0	estabelecimentos
Estabelecimentos de Saúde SUS	7	estabelecimentos
Estabelecimentos de Saúde único total	7	estabelecimentos
Estabelecimentos de Saúde terceirizado privado	1	estabelecimentos
Leitos para internação em Estabelecimentos de Saúde total	22	leitos
Leitos para internação em Estabelecimentos de Saúde público municipal	22	leitos
Ultrassom doppler colorido	1	equipamentos
Raio X até 100mA	1	equipamentos
Estabelecimentos de Saúde com atendimento ambulatorial sem atendimento médico	6	estabelecimentos
Estabelecimentos de Saúde que prestam serviço ao SUS Ambulatorial	7	estabelecimentos

Fonte: CERES

2.2. Os assentamentos rurais do município

TABELA 19: Os assentamentos no Município de Caridade

Município: Caridade	Nº/famílias	Órgão Responsável	Ano de Implatação
Serrote	200	INCRA	1986
Carneiro	58	INCRA	1985
Santo Antonio	42	Estadual	2002
Lages	28	INCRA	2004
19 de Abril Pará	43	INCRA	2005
Pajeuna	35	INCRA	2005
Barrinha	10	IDACE	2005
Vazante Grande	45	IDACE	2002
TOTAL: 8			

2.3. A Educação no Município

Contamos com um sistema educacional em desequilíbrio, no ano de 2004 tínhamos 59 escolas e mais de 6000 alunos conforme dados do CREDE 07 (SEDUC). Hoje apenas 29 unidades escolares da rede estadual estão funcionando, precariamente, com a educação básica, recebendo o maior número de alunos tanto no urbano quanto no rural totalizando 3.439 no ensino fundamental não consta na sua matrícula sala para alunos especiais, sendo que alguns alunos especiais são inseridos em salas convencionais. A rede estadual é composta por uma escola de ensino fundamental e médio, com 876 alunos matriculados, contemplando uma sala para alunos especiais que atende 19 alunos e esta situada na zona urbana, embora a escola seja na sede do município, existem dois anexos nas sedes dos distritos de São Domingos e Inhuporanga, onde atende alunos do ensino médio regular e o TAM (Tempo de Avançar do Ensino Médio) um programa de aceleração do ensino médio. A escola da rede pública estadual é reconhecida; as da rede pública municipal não estão regulamentadas conforme os padrões do CEC .

As escolas particulares, em total de cinco, duas solicitaram seus credenciamentos , as três demais funcionam de forma irregular. Como contextualizado, na zona rural as escolas são precárias, faltando pessoal de apoio e outros mecanismos para atender a clientela estudantil.

Como estamos na era da informática, as escolas dos Assentamentos da Rede Pública, nada conta no sentido da computação, precisamos estar conectados com o mundo, através de sinais, mas acima de qualquer coisas que as leis sejam cumpridas, vimos com tristeza que a Educação Especial não é tratada como deveria, faltando tudo em todos os aspectos da infra-estrutura da capacitação profissional, precisamos construir cidadania e sentido crítico nos nossos educandos, somos hoje responsáveis pelo sucesso ou insucesso da educação que ora mostramos.

2.4. A Educação nos Assentamentos de Caridade

Sabe-se que as políticas educacionais existem, mas no tocante à Educação Especial nos assentamentos Rurais de Caridade o quadro não é diferente dos demais municípios brasileiros, é ineficaz ou inexistente.

Na análise que realizamos do Plano Municipal da Educação-PME, identificamos nas metas e desafios traçados para o período a formação de professores para atuar na

Educação Especial, no entanto, o que verificamos nas falas dos sujeitos entrevistados e que na realidade isto ainda não foi implementado, pois existe apenas um profissional que realizou qualificação para trabalhar com educandos(as), com necessidades especiais qualificado. Hoje, contando com 42 educandos com necessidades educativas especiais, apenas três estão inseridos na escola. Devido à falta de qualificação profissional torna-se difícil tanto para os alunos como para o professor, visto que as tipologias são várias. Falta teoria, técnico, material didático, no geral falta quase tudo. Os alunos que hoje freqüentam a escola, vão para socializar-se visto que falta o básico, o essencial, a INCLUSÃO na essência da palavra.

TABELA 20: Quantidade de deficientes por assentamento

Município	Assentamento	Quantidades
Caridade	Serrote	09
	Pajeuna	08
	Monteiro	07
	Carneiro	05
	Santo Antonio	07
	Lages	04
	Barrinha	02
	Boqueirão	-
Total	08	42

Fonte: SMS de Caridade

2.5. A Educação Especial nos Assentamentos

Hoje busca-se alternativas para melhoria de aprendizagem – Educação Inclusiva amparada legalmente através da LDA, ECA, PME, Diretrizes da Educação Especial. Vislumbra-se novos horizontes, mas na realidade dos assentamentos rurais dos sertões de Canindé esta inclusão ainda não aconteceu de fato e de direito visto que os investimentos para a modalidade “ Educação Especial”, não são aplicados como deveriam.

Estando os movimentos sociais, buscando alternativas, estuda-se a possibilidade de um Fórum de Educação do Campo e Educação Especial, para os assentamentos.

A carência de informações, quando referem-se necessidades especiais é grande, pois muitas famílias ainda escondem em casa uma pessoa com necessidades especiais, conforme dados coletados pela rede pública estadual em 2006 apenas 14 alunos foram inclusos, na sede de um dos municípios do território.

CAPITULO II POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA INCLUSÃO DE EDUCANDOS(AS) COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

1. A Educação Especial e as Políticas Educacionais

Falar de escola inclusiva nos remete primeiramente a falarmos de inclusão social: processo pelo qual a sociedade se adapta para incluir as pessoas até então marginalizadas e estas procuram capacitar para participar na vida da sociedade.

O princípio da inclusão surgiu na década de 1960, nos países nórdicos. Na literatura específica sobre Educação Especial encontramos diversos autores que tentam explicitar em que consistiria este princípio da integração, buscando dar subsídios para a modificação da prática segregacionista, ainda vigente em nossos dias, propondo a inserção do deficiente em todas as atividades desempenhadas por todos no seio da sociedade.

Pereira (1980:3) lembra que “Incluir é processo”. Integração é fenômeno complexo que vai muito além de colocar ou manter “pessoas com deficiência” em classes regulares. É parte do atendimento que atinge todos os aspectos do processo educacional.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial (BRASIL/MEC, 1994:18), inclusão “é um processo dinâmico de participação das pessoas num contexto relacional, legitimando sua interação nos grupos sociais. A inclusão implica reciprocidade”.

Segundo SASSAKI (1997) a sociedade inclusiva começou a ser construída a partir de algumas experiências de inserção social de pessoas com deficiência, ainda na década de oitenta, principalmente através da luta das entidades e instituições representativas. Um marco no Brasil, foi a promulgação da constituição de 1988. (constituição cidadã). A partir da década de 1990, em várias partes do mundo, inclusive no Brasil, grandes e pequenas modificações foram sendo percebidas em setores como escolas, empresas, áreas de lazer, edifícios e espaços urbanos possibilitando a participação plena de pessoas deficientes, com igualdades de oportunidades junto a população em geral.

Na vida educacional, tornou-se necessário que houvesse uma reestruturação geral para que se pudesse acolher todo o espectro da diversidade humana representada

pelo alunado em potencial, ou seja, pessoas com deficiências físicas, mentais, sensoriais ou múltiplas e com qualquer grau de severidade dessas deficiências; pessoas sem deficiência e pessoas com características atípicas, etc. Tiveram grande destaque no processo de inclusão a conferência mundial de educação para todos, de 1990 e a conferência mundial de Salamanca, de 1994.

Nessas conferências foram avaliadas situações reais que mostravam o grande número de crianças e adolescentes que estavam fora da escola; daqueles que apesar de freqüentá-la não aprendiam; da não aceitação dos que apresentavam necessidades educativas especiais ou da falta de atendimento adequado a estes, que acabavam mostrando resultados de fracasso escolar. Tal realidade apontou para a necessidade de ações que fizessem alterar esse quadro. Como poderíamos pensar em inclusão sem que pensássemos na transformação da escola? Devemos ressaltar que apesar da escola não ser capaz de sozinha efetuar grandes transformações sociais, é ela quem pode estabelecer os primeiros padrões de convivência social. É a partir dela, que a sociedade estrutura e adquire conceitos de participação e colaboração, além de prover relações com as diferenças.

2. Construindo o conceito e a história da Educação Especial no Brasil

A inclusão da educação de deficientes, dos excepcionais ou da educação especial na política educacional brasileira teve seu advento no final dos anos cinquenta para o início da década de sessenta do século recém-findo.

A evolução da educação especial no país assinala dois períodos: de 1854 à 1956, quando se registravam algumas iniciativas oficiais e particulares, sem grande relevância, com maior preocupação direcionada a deficientes auditivos e visuais e apenas em 1932, o início de atendimento, em São Paulo, na Santa Casa de Misericórdia a deficientes físicos – não sensoriais.

Apenas em 1935, tornou-se realidade no Estado de Minas Gerais, em órgão oficial da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais – o Instituto Pestalozzi que dispunha de professores com especialização, para atender crianças com problemas de comportamento e mentalmente retardados.

Somente a partir de 1957, o atendimento educacional aos excepcionais foi explicitamente assumido, a nível nacional pelo Governo Federal, através da criação de algumas Campanhas voltadas para esta finalidade.

Portanto, para uma melhor visualização da situação da Educação Especial no Brasil, vamos adotar uma periodização histórica feita por MAZZOTTA (2005).

a) Período de 1854-1956 - Iniciativas oficiais e particulares isoladas

O atendimento escolar especial ao educandos portadores de deficiências diversas, inicia-se em final de 1854, gerando a primeira providência: foi concretizada por D. Pedro II, ao criar na Cidade do Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Cegos.

Destacaram-se nesta realização por seus incansáveis esforços do deficiente visual – José ÁLVARES de Azevedo que através conquistou o interesse do método de um ministro do Império – Couto Ferraz – que conseguiu do Imperador Pedro II a criação do Instituto que foi administrado pelo Dr. Xavier Sigand.

Posteriormente, já na República, Benjamim Costante Botelho de Magalhães, denominou-se o Instituto Nacional dos Cegos – através do decreto nº 408, que criou um novo regulamento.

O Imperial Instituto de Surdos – mudos, criado em 1857, por D. Pedro II, ocorre segundo os esforços de Ernest Hiet (cidadão francês) que conquistou as atenções para referido problema do País, posteriormente em 1856 ocupavam um prédio da escola do Imperial Instituto dos Surdo– mudos.

Ainda no segundo Império, há registros de outras ações tais como:

- preocupação com o atendimento pedagógico e médico aos deficientes;
- em 1874, o Hospital Estadual de Salvador, hoje Juliano Moreira iniciou a assistência a deficiente mentais.
- Há de se ressaltar o empenho em estudar como proceder a educação de portadores de deficiências, no início do século XX, principalmente a partir do 4º Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia no Rio de Janeiro, na oportunidade, o Dr. Carlos Eiros, apresentou um trabalho monográfico da Educação e Tratamento médico – Pedagógico dos Idiotas.

Na primeira metade do século XX, havia cerca de 40 estabelecimentos de ensino regular mantido pelo Poder Público que prestavam alguns tipos de atendimento escolar especial a deficientes mentais.

Nos anos 50, foram celebrados convênios que oportunizaram intercâmbios com a International Society for Cehabilitateon of Cripples, atualmente Internacional Society

for Rehabilitation of Disabled – através da ONU, para centros similares nos Estados Unidos, Conde e outros.

Em 1962, a Associação de Assistência a criança deficiente – denominados naquele momento de “defeituosos” – AACD – mantenedora de um Centro de Reabilitação do Brasil, a partir de 1966 passou a manter intercâmbio científico com a World Rehabilitation Fund (WRF) de Nova York, obtendo desde então a realização de cursos internacionais para a formação de técnicas em aparelhos ortopédicos e membros artificiais.

Como o decurso do tempo, o crescimento das necessidades de deficientes físicos e psíquicos, foram gradativamente celebrados convênios com os serviços de educação especial da Coordenadoria de Estudos e normas pedagógicas (CENP) – com a AACD) com a sociedade Pestalozzi de Minas Gerais e do Rio de Janeiro e de São Paulo, e atualmente, já se dispõe de APAE’S) em quase todos os estados brasileiros, bem como filiais em grandes cidades brasileiras.

b) Período de 1957-1993 – Iniciativas oficiais de âmbito nacional

O atendimento educacional as pessoas com deficiência foi explicitamente assumido, a nível nacional, pelo poder público federal, com a criação de campanhas voltadas para este fim.

Entre tais campanhas citem-se:

- a destinada para a educação de surdos – INES – no Rio de Janeiro, visando, promover as medidas necessárias à educação e assistência em todo o território nacional – Decreto nº 42728/57 art. 2º;

- em 1858, o Decreto nº 44236 criaria a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes da União.

- Pelo Decreto nº 48252 (31-05-1960) a Campanha passou a ser denominado Campanha Nacional de Educação de Cegos – CNEC, subordinando-se ao Gabinete do Ministro de Educação e Cultura.

- Em 1960, foi instituída por benéfica influência da sociedade Pestalozzi e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, através do Decreto nº 48961 (22-09-1960) a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais – CADEME – que tem por finalidade promover, em todo o território nacional, a educação, treinamento, reabilitação e assistência educacional de crianças portadoras de retardados e outros deficientes mentais, de qualquer idade ou sexo.

c) Construção da Política Nacional de Educação Especial

O atendimento educacional, como competência do MEC através do CENESP, em ações integradas com outros órgãos do setor educação, é caracterizado como segundo uma linha preventiva e corretora.

A distinção que se procede entre a clientela dos serviços educacionais especializados (CENESP) a dos serviços especializados em reabilitação (LBA) destaca para os primeiros, os excepcionais de diversas categorias e tipos: deficientes mentais educáveis, deficientes mentais treináveis, cegos, surdos, deficientes físicos, portadores de deficiências simples, parciais, múltiplas, portadores de problemas de conduta, superdotadas que, sendo ou não submetidos a tratamento específicos de reabilitação, apresentam condições pessoais necessárias a sua aceleração como beneficiários dos sistemas de ensino.

A despeito da delimitação de campos de atuação do MEC, CENESPE do Ministério da Previdência Social (LBA e INPA), atribuidora ao primeiro atendimento médico-social e a reabilitação, há em ambos um traço comum que as situa como no campo de ação preventiva, corretiva e educação dos deficientes e dos excepcionais.

A educação especializada, embora definida como educação escolar, revela um caráter médico pedagógico no tipo de atendimento proposto para as escolas especializadas autônomas. O mesmo ocorre com relação às classes especiais que a despeito de integrarem o sistema escolar, devem ser confiadas a professores com preparo pedagógico especializado.

De acordo com SASSAKI (1997:35),

No modelo integrativo, a sociedade praticamente de braços cruzados, aceita receber portadores de deficiência desde que estes sejam capazes de: moldar-se aos requisitos dos serviços especiais separados (classe especial, escola especial etc.); acompanhar os procedimentos tradicionais (de trabalho, escolarização, convivência social etc.); contornar os obstáculos existentes no meio físico (espaço urbano, edifícios, transportes etc.); lidar com as atitudes discriminatórias da sociedade, resultantes de estereótipos, preconceitos e estigmas, e desempenhar papéis sociais individuais (aluno, trabalhador, usuário, pai, mãe, consumidor etc.) com autonomia.

A inclusão, hoje assumida como um novo paradigma social e educacional, vem resgatar o sentido original do termo integração, defendendo uma sociedade mais justa e mais democrática, livre das práticas discriminatórias e segregacionistas que marcaram

negativamente a história da humanidade, sendo construída num outro contexto cultural, político e ideológico, que é o Atual.

De acordo com Pereira (1980: 6),

A idéia de ter oportunidade igual de conviver, de educar-se, de aprender junto a crianças normais, não significa as “mesmas experiências educacionais”, porém “diferentes experiências educacionais” baseadas nas “necessidades individuais de cada excepcional”. Assim, os programas ou modelos de implementação, em alguns países, demonstram a preocupação de oferecer vários níveis de integração “a cascata da integração”, baseadas em princípios de psicologia de desenvolvimento, de aprendizagem, de métodos e processos de ensino, apoiados na avaliação dos fatores ambientais, sociológicos, culturais e administrativos, econômicos, visando a preparar o excepcional e o meio onde vive para essa integração.

Deve ser assegurado, no processo educativo dos educandos(as) que apresentam dificuldades de comunicações e sinalização diferenciados, a acessibilidade aos conteúdos curriculares mediante a utilização de linguagem e código aplicáveis, sem prejuízo do aprendizado da língua materna, facultando-lhes e as suas famílias a opção pela abordagem pedagógica que considerem adequada, guiando-se os pareceres em cada caso.

Reforçando o ideal democrático de escola para todos, o princípio fundamental da Declaração de Salamanca, aprovada na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, realizada em Salamanca/Espanha em 1994 (UNESCO, 1994), afirma que as escolas devem acolher *todas as crianças*, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem na rua e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias lingüísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidos ou marginalizados. Verifica-se que tal princípio contempla o atendimento de toda a diversidade existente em nosso meio social, o que implica em grandes desafios para nosso sistema escolar.

3. As Políticas Educacionais para a Educação Especial no Município de Caridade

a) Diagnóstico da Educação do Campo e da Educação Especial

O município de Caridade é de pequeno porte, onde a carência é gritante. Na rede municipal de educação não existe nenhuma escola reconhecida pelo Conselho Estadual, apenas uma escola funciona com autorização do conselho e seu parecer está vencido, nenhuma escola é credenciada, o que significa que as escolas da educação básica não estão legalizadas. A Rede Municipal é composta de 29 unidades escolares e apenas três alunos especiais estão inclusos.

Na Zona Rural o perfil é bem comprometido no tocante aos assentamentos de Caridade, não existe infra-estrutura básica, salas adequadas, material didático, acesso, transporte, material humano e a merenda escolar não tem acompanhamento nutricional, conforme opinião dos assentados. Podemos verificar alguns dados no que se refere aos assentamentos:

- Assentamento do Carneiro: conta com 155 alunos em sala multi-seriadas, prédio cedido pela Associação com convivência do INCRA, salas inadequadas, professores não capacitados para a educação especial.

Figura 04: Escola no assentamento do Carneiro.



- Assentamento do Santo Antonio: conta com 28 alunos em sala multi seriada, salas inadequadas, professores não capacitados para a educação especial e falta material didático.

Figura 05: Escola no assentamento do Santo Antonio.



- Assentamento do Serrote: conta com 120 alunos prédio cedido pela Associação em convivência com INCRA, o transporte e o acesso é irregular e difícil, não aconteceu discussão não comunidade na construção do calendário escolar e nem no plano municipal de educação.

Figura 06: Escola no assentamento do Serrote.



- Assentamento Riacho de Meio: conta 97 alunos, sala multi-seriadas, faltando água potável, a situação hidráulica e precária e não tem professores capacitados.
- Assentamento Lages: 22 alunos, prédio cedido pela Associação, salas multi-seriadas, faltando toda a infra-estrutura.

Figura 07: Escola no Assentamento Lages



- Assentamento Pajeuna: prédio cedido pela Associação, faltando até energia, professor sem capacitação e o espaço é cedido pela Associação.

Figura 08: Escola no assentamento Pajeuna



- Assentamento 19 de Abril: conta com 79 alunos, a situação é idêntica aos demais.

Figura 09: Escola no assentamento 19 de Abril



Como foi citado anteriormente, vê-se o descaso para com a educação do campo, em especial a Educação Especial nos Assentamento de Caridade, onde são atendidas diariamente em regime precário, 444 alunos e apenas 03 (especiais), que foram inseridos no sistema regular de ensino.

TABELA 21:Quantitativos de pessoas com necessidades especiais

Município	Tipo de deficiências				Total
	Visual	Física	Mental	Auditiva	
Caridade	28	74	50	42	194

Fonte: CERES Canindé

b) Plano Municipal de Educação de Caridade

O município construiu o plano municipal de Educação para atender exigências do MEC que trabalharia 2005 à 2008 sua construção conforme entrevistados não deu-se de forma democrática não foram ouvidos os usuários, profissionais das classes - professores e servidores, nem as comunidades rurais e urbanas. O plano foi construído por uma equipe reduzida poucos tinham vivência em gestão escolar, então identificamos apenas uma listagem no que se refere à Educação Especial, sem procurar fundamentar os princípios e as orientações para tal política.

No plano municipal de Caridade tem um item que trata da Educação Especial. Esse item vem sendo organizado da seguinte maneira: desafios, metas e caminhos a serem seguidos pelo Município.

No que se refere aos desafios, o plano municipal traz as seguintes questões:

1. Inclusão dos portadores de necessidades especiais.
2. Profissionais especializados
3. Professores qualificados.
4. Espaço físico específico.

META:

1. Implementar uma política de inclusão escolar para portadores de necessidades especiais que atenda 70% até o ano de 2008;
2. Contratar profissionais especializados para atenderem aos alunos com necessidades;
3. Qualificar 100% dos professores para trabalharem com o portador de necessidades especiais num futuro próximo;
4. Construir um centro de referência para receber alunos portadores de necessidades especiais até 2008;

CAMINHOS:

1. Levantar o quantitativo de crianças, jovens e adultos portadores de necessidades especiais, levando-se em consideração sua localização e seu problema para a elaboração de um plano de atuação;
2. Através do intercâmbio entre as Secretarias de Saúde e Educação, contratar profissionais experientes no trato com os portadores de necessidades especiais;
3. Capacitar continuamente os profissionais de educação, para que estes tenham bom preparo para trabalhar com os portadores de necessidades especiais;

4. Construção de um centro de referência capaz de receber alunos portadores de necessidades especiais atendendo às suas especificidades sejam elas motoras, do aparelho fonador, auditivas, visuais e psicológicas.

Em um primeiro momento, especialmente no que se refere à utilização dos planos municipais de educação especial no Sertão de Canindé em Caridade teremos de observar e analisar os recursos para a efetivação dessa prática, sendo essencial o domínio e o acesso a políticas educacionais que abordem esse caso, e esta deve ser uma postura necessária para modificar essas estruturas estabelecidas por um sistema que não respeita a individualidade nem o crescimento coletivo como um todo.

A ausência de efetivação do que está posto no PME, que seria a formação especializada do professorado para trabalhar com a inclusão dos educandos(as) com necessidades especiais em nosso dia-a-dia poderá nos trazer sérias conseqüências tais como: o não desenvolvimento dentro de suas capacidades destas crianças, o aumento da rejeição e preconceito do grupo, o desgaste pessoal e emocional dos profissionais que não conseguem atender toda a turma, visto que a maioria das salas de aula dos assentamentos são multisseriadas.

Teremos de encontrar caminhos positivos não esquecendo os problemas de cada realidade social. A prática constante de tais meios pedagógicos sempre deverá ser uma escolha coletiva e não individual, devendo ser coerente e que possa facilitar a comunicação entre as pessoas além de proporcionar uma formação global mais abrangente, tornando a institucionalização de processos permanentes e sistemáticas de reflexão das diversas dimensões que essa prática pedagógica possa nos trazer.

c) Os Conselhos Municipais de Educação e o Conselho Municipal dos deficientes

Para harmonizar a formação criação legalização dos Conselhos acima citados necessários se fez focar assuntos de interesses da coletividade, necessário se fez a mobilização, a sensibilização e a criação de condições e mecanismos para consolidar tais intuitos.

O Conselho Municipal de Educação de Caridade, foi criado através da lei 08/97 de 20/06/1997, para desempenhar o seu papel necessário se faz autonomia, controle

social, capacitação dos conselheiros e compromisso político. A Lei 073/07 cria o Conselho do FUNDEB onde estão embutidos no seu orçamento verbas que amparam a educação especial.

Em 29/07/2005 criou-se uma Comissão Provisória pró-conselho do deficiente físico para mobilizar, trabalhar e representar o município na Conferencia Estadual do Deficiente Físico. Este conselho não está regulamentado, devido à falta de condições e vigor.

CAPITULO III – CAMINHOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO INVESTIGAÇÃO

O trabalho foi fundamentado na abordagem qualitativa no sentido de compreender e explicar a dinâmica das relações sociais que, por sua vez, são depositárias de crenças e valores, atitudes e hábitos, sendo essa a abordagem mais adequada para o estudo dos fenômenos sociais. Trabalhar com a convivência, com a experiência e também com a compreensão das estruturas e instituições com o resultado da ação humana. Busquei embasamento teórico e uma bibliografia, que me deu subsídios para a realização do mesmo, realizei ainda uma coleta de dados através de registros escritos e da observação direta, enfatizo a interação do pesquisador e o objeto de estudo, nesta técnica pude captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos apenas por meios de perguntas.

Conforme Minayo (2006), o questionamento é consequência da inquietação. A metodologia aplicada, qualitativa, consistiu em entrevistas, e aplicações de questionários in-loco. Assim a metodologia aplicada está baseada na construção conjunta de um patamar comum de compreensão da realidade e suas possibilidades de mudanças, tem como ponto de partida a bibliografia consultada bem como a apresentação de situações – problema para uma busca coletiva das soluções, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e humana .

A metodologia utilizada me levou a compreender a estrutura das instituições como resultado da ação do homem sobre o meio no qual está inserido, por isso busquei sustentação em vários autores e também na pesquisa e na ação, sendo observado as causas e os problemas gerados pela falta de qualificação dos profissionais da educação de um modo geral. Por isso essas práticas pedagógicas precisam ser incentivadas visando a atender o maior número de pessoas possível, esse sistema precisa ser revisto e avaliado através de bases legais, filosóficas e principalmente sócio política.

a) Campo de pesquisa

A pesquisa foi concentrada nos assentamentos rurais de Caridade – Sertão de Canindé, no total são oito assentamentos conforme colocados na tabela abaixo.

TABELA 22: Números de entrevistados por assentamento e segmento

Assentamentos	Usuário	Presid. de Associações	Professores	Servidores	Coordenadores
Serrote	6	1	1	2	1
Pajeuna	4	1	1	1	
19 de Abril	3	1	1	1	
Carneiro	6	1	2	2	1
Santo Antonio	6	1	2	1	
Lages	-	1	1	1	-
Barrinha	-	1	-	-	-
Boqueirão	-	1	-	-	-

b) Sujeitos da pesquisa

As famílias assentadas foram os sujeitos da pesquisa, bem como gestor municipal, professores, servidores, coordenadores, usuários do sistema, presidentes (dirigentes) das associações. A cumplicidade entre entrevistados e entrevistador foi o que mais motivou o trabalho, pois ambos estavam na busca de aprimoramento e ação das políticas para atender esta clientela.

c) Instrumentos e procedimentos da pesquisa

O questionário foi construído por uma equipe múltipla, voluntária de apoio onde estavam todos os segmentos presentes, todos imbuídos do propósito de melhoria para a comunidade, vestiram a camisa do território, pois este resultado trará com certeza, novos horizontes para os educandos(as) com necessidades educativas especial de Caridade.

As entrevistas foram semi-estruturadas, nas quais os entrevistados se dispuseram a mostrar a realidade nua e crua, ou seja, tal qual está nos assentamentos. Os questionários aplicados num total de 51 (cinquenta e um), trouxeram-nos dados concretos da atual situação, sendo os mesmos aplicados dentro dos assentamentos rurais.

d) Análise das informações

Para analisar as informações selecionamos todo o material dos questionários fizemos uma tabulação dos dados, em seguida organizamos um roteiro para realizar as entrevistas no sentido de aprofundar questões que apareceram nos questionários, e na análise que realizamos dos Planos Municipais de Educação.

Para fazer a análise de todo o material, usamos a análise do conteúdo conforme posto por Bardin (1997)

CAPITULO IV - PERCEPÇÃO DOS SUJEITOS SOBRE AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO.

1. Percepção das famílias

a) Falta de condições e infra-estrutura nas escolas

As famílias colocam em primeiro plano das suas falas a falta de condições nas escolas para receberem as crianças com necessidades especiais, pois muitas não têm espaço, água, mobiliário suficiente e adequado, acesso das comunidades para a escola, inclusive não existem transportes adequados nem para as crianças que não possuem deficiências.

Este é um desafio no Sertão de Canindé bem como em Caridade , extrapola as limitações. Hoje contamos com um mundo digital, porém falta o básico, infra-estrutura.

b) Falta de profissionais qualificados

As famílias expressam na sua fala o município nunca procurou fazer formação continuada para qualificar os profissionais para trabalhar com crianças e adolescentes com deficiências.

Na fala das famílias, há a preocupação com a qualificação profissional de servidores e professores, pois como não tem capacitação (curso de relações humanas) entre outros, dificulta tal ação, visto que a qualidade é o fator mais pregado nas escolas, sendo o que se menos usa.

c) A não atuação dos conselhos de educação e deficientes para assegurar os direitos

Como as famílias desconhecem a legalidade e atuação dos conselhos, e em especial do deficiente físico, não são capazes de diferenciar a atuação do seu dever. Por isso, vimos que todos citam sua inexistência ou ineficácia .

O Conselho de Educação, por sua vez, torna-se omissos no cumprimento de seus deveres, pois não foi trabalhado a educação especial e nem a educação do campo, no plano municipal de educação.

2. Percepção dos profissionais da educação

a) Falta de equipamentos, estrutura e material didático.

Os professores (as) entrevistados atribuem a dificuldade para atendimento das pessoas com deficiência na escola regular à falta de equipamentos adequados e material didático para realizar o trabalho com estas pessoas.

Para desempenhar o seu papel de multiplicador do conhecimento, o professor precisa de mecanismo, motivação e habilitação (capacitação). Como na fala dos entrevistados todos os requisitos acima citados estão em falta, deixando-os em situações adversas, principalmente, na qualificação profissional, pois para trabalhar o “diferente, é preciso habilidades, praticas, métodos e material. Isto falta tanto para os normais (tidos)

b) Formação específica

Outra dificuldade detectada foi a formação continuada dos professores na área da educação especial, pois alguns profissionais são graduados, mas não especializados. As aplicações das verbas não são fiscalizadas por quem de direito e dever, deixando margem para a não aplicação do exposto nas leis. Como os cidadãos (assentados) desconhecem quanto deveria ser empregado, não cobram.

Como cidadãos, os profissionais mostraram-se preocupados com a qualificação e formação específica, visto que os gestores não estão aplicando os recursos expostos em leis para capacitá-lo, e trabalhar o diferente, o especial, sem este aparato cultural e intelectual, fica difícil vislumbrar novos horizontes.

c) Preconceito existente

O maior desafio encontra-se em conviver com o preconceito, mesmo dizendo que ele não existe, o educando com necessidades especiais vive o dilema de ser DIFERENTE; esta diferença começa em casa e termina na escola, que o deixa excluído.

Exclusão que começa muitas vezes em casa, pois na ânsia de protegê-los do “mundo cão”, as famílias colocam-os numa redoma, onde os tornam mais excluídos. Vindo aí o preconceito propriamente dito.

d) Falta de acompanhamento pedagógico

Outro desafio, é o acompanhamento pedagógico, tendo em vista na maioria dos casos, coordenador pedagógico não desempenha seu papel, por falta de conhecimento (do seu papel), conhecimento pedagógico, compromisso ou condições.

Condicionados ao sistema que hoje vigora, os coordenadores aqui entrevistados, foram convictos em afirmar que sem meios não há caminhos, caminhos estes muitas vezes tortuosos, pois os mesmos trazem alguma bagagem cultural e não põem em prática, devido falta de condições . Quando fala-se no especial, isto se torna ainda mais difícil.

3. Lideranças das organizações sociais

a) Falta de condições nas escolas

Esta realidade no campo das escolas dos assentamentos de Caridade, é bem mais acentuado, hoje não se tem um básico, pois os fatores sócio-econômicos e histórico, tentando refazer a educação inclusive, no entanto este não é respeitado nos seus pleitos. Busca-se igualdade, sem analisar o descumprimento com o indivíduo. A responsabilidade, pelo insucesso bem como pelo sucesso desta tão sonhada igualdade é consequência tanto da dedicação de alguns como da omissão de outros.

Como os assentamentos mais organizados e conscientes dos seus papéis (direito/deveres) são categorias politizadas pois os movimentos sociais, desempenham papeis fundamentais na estrutura fundiária educacional.

Tem este preâmbulo, críticas construtivas foram feitas no sentido de que o poder público exercia suas funções dando condições mínimas, para o funcionamento das escolas, cedidas ou não. Hoje falta tudo: água, luz, acesso, transporte, material didático,

professor capacitado, merenda com qualidade. Precisamos mudar este quadro, pois as políticas tem que ser exercidas para os cidadãos normais e especiais.

b) Conselhos sem atuação

Necessitamos de mudanças radicais no fortalecimento das entidades civis organizadas, formação de conselheiros (capacitação), dando-lhes conhecimentos, autonomia, para exercer o controle social. Quanto aos educadores e servidores se faz necessária formação específica e prioritária, visto que vão trabalhar com “diferente”.

Os planos municipais são construídos, na maioria das vezes, por pessoas que estiveram no município. O Plano Municipal de Educação de Caridade, foi construído sem a participação democrática dos usuários (alunos), gestores escolares, coordenadores, professores, legisladores, membros da sociedade civil organizada. Diante do exposto, vê-se o porque da não efetivação das políticas propostas no plano.

A falta do conhecimento dos investimentos propostos dificulta o controle social, sendo de fundamental importância o papel dos conselhos, com qualificação e capacitações específicas dentro de cada setor ou segmento; conforme informação dos assentados, os conselhos não estão executando seu papel de órgão fiscalizador, consultivo e deliberativo, devido à omissão de determinados órgãos. A falta de intersetorialidade e outros fatores que dificultam as ações para com a educação especial.

c) Falta de capacitação específica para professores(as) e servidores(as)

Portanto, para concluir podemos ressaltar que a inclusão educacional ainda é um desafio permanente e atual. Há autores que defendem a permanência na escola, sem ver as condições. O preconceito com pessoas com necessidades especiais, continua gritante, sendo o maior entrave. Acredita-se que as pessoas com necessidades educativas especiais, têm direito a inclusão social e educacional, não devendo ficar isolados por medo; meio este que na maioria das vezes é a proteção que os deixa mais excluídos. O preconceito também é uma forma de exclusão, é imprescindível trabalhar os preconceitos lutar contra a hipocrisia e a injustiça social.

É necessário considerar a inclusão como forma de construção de cidadania, mas não esquecer que os discursos e as práticas devem assimilar a realidade e não criar uma fantasia consoladora. As escolas não estão aptas para recebê-los, nem os professores e

servidores capacitados para tal mudança. Deve-se continuar lutando para uma escola, inclusiva mesmo sabendo dos entraves existentes, ainda que a educação especial esteja sempre excluída nas discussões de educação em geral. Sabe-se que a escola é um espaço de mudanças, de busca de conhecimentos e saberes, e com este fim é que se luta, procuram-se meios de estruturar uma escola inclusiva no sertão de Caridade em especial nos seus assentamentos.

O plano municipal de educação contempla apenas a capacitação para professores e servidores, mas na fala dos mesmos isto não acontece para os que exercem atividades nos assentamentos rurais. Somos elementos que precisam de ajustes; estes ajustes devem vir de forma a somar capacidade mais amplicidade e sensibilidade que terá como resultado, professores e servidores humanizados, tratar as diferenças com respeito e dignidade implica em oferecer educação de qualidade e condições de inserção social de fato.

4. Percepção do Gestor Municipal

a) Falta de condições e infra-estrutura nas escolas

Segundo o gestor municipal a infra-estrutura é inadequada, sem condições.

b) Capacitação de Profissionais

Nos assentamentos faltam profissionais capacitados para trabalharem com pessoas com necessidades especiais.

c) Atuação dos Conselhos

Os conselhos ainda não atuam como deveria, devindo a falta de capacitação de seus conselheiros. Apenas um conselheiro foi capacitado. Ficando assim difícil de atender esta clientela.

d) Como inseri-los nas escolas.

Estabelecer a intersetorialidade entre as secretarias, e qualificando os profissionais que atuam nos assentamentos rurais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O passo mais importante desta jornada foi dado ao diagnosticar como as pessoas com necessidades especiais estão inseridas dentro da nossa escola e da sociedade, e evidenciar a negação de todos os direitos apesar das leis estarem aí, e não serem cumpridas. A escola regular ainda não está preparada para receber alunos com necessidades educativas especiais, pois falta tudo, infra-estrutura, transporte, estradas e profissionais capacitados em todos os níveis.

O sistema de ensino sempre tratou a educação especial de forma diferenciada, portanto há discursos, onde a realidade é uma necessidade, e outra, e onde os discursos são meras exposições das teorias.

Embora “a pessoa com necessidades especiais” seja excluída, há também outros tipos de exclusão. Com o termo Educação de Qualidade para todos, o Governo Federal lançou a idéia de direitos e deveres a serem cumpridos. Mas o que aqui se vê e vivencia e apenas o marketing político, pois a base municipal não tem a menor vontade política de aplicar se, realmente, na construção da verdadeira educação construtiva.

Hoje a inclusão é tão falada, mas os governos não se debruçaram para ver sem diagnósticos, onde as informações fossem subsidiadas para estudos e a forma de adequar a situação realmente programada e adotada.

A discussão sobre inclusão não deve ser jogada embaixo do tapete, urge que as questões negligenciadas sejam mostradas, o conceito de especial não se modifica com rapidez, visto que ao longo dos anos, este assunto foi tratado superficialmente. Hoje, todavia, a prática teórica escolar diz que a mesma está pronta para recebê-los, a realidade dos fatos constatados é diferente o processo inclusivo ainda é uma utopia nos assentamentos de Caridade. Que pena! Tantas crianças e jovens tão sequiosos do saber, quanto a terra pela a água, do conhecimento libertador e de um futuro mais humano e capaz de construir um pedaço do Ceará mais próspero, com um povo mais feliz.

Não são contempladas as ações para a educação do campo, motivação, estímulo e aplicação da lei como a imagem que vimos do descaso para com as escolas dos assentamentos, quando o prédio não é cedido, em precário estado de conservação, o prédio é do município também não tem infra-estrutura adequada nem para alunos ditos normais, nem especiais.

Os resultados do nosso estudo sinalizam com algumas propostas para serem apreciadas pelos colegiados territoriais, tais como:

- Necessidade de se inserir no debate territorial a discussão da Educação do Campo no território, e especialmente, o atendimento das pessoas com deficiências.
- Aprofundar no plano territorial a dimensão da Educação do Campo;
- Realizar processo de formação dos Conselheiros da Educação, da Saúde e dos Deficientes no sentido de se pensar uma ação integrada no sentido da inclusão.
- Discutir junto aos Conselhos de Educação e Deficientes a situação das Escolas do Campo do Município e as condições de atendimento as pessoas com deficiência.
- Propor junto às organizações dos profissionais da Educação a necessidade de formação específica para a Educação Especial no território.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUENO, HA Giroux. Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem - Artes Médicas, 1997

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 35.ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2005.

BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90 Secretaria dos direitos Humanos;Ministério da Educação, assessoria da Comunicação Social – Brasília: MEC ACS, 2005.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa. Edições 70. 1997.

CEARÁ. Secretaria da Educação Básica. Diretrizes para a educação básica 2005. Fortaleza: Gráfica e Editora Nacional, 2004.

CENSO de matrícula. CREDE 07/ SEDUC em 2004

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA (1994). Adoptada pela Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade. UNESCO.

DNEEEB Diretriz Nacional da Educação Especial na Educação Básica, Resolução nº 02 de 11 de novembro de 2001.

FREIRE. P. Conscientização: teoria e prática da libertação: - Cortez & Morales, 1979

LDB Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LEI Nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. D.O. U. de 23 de dezembro de 1996.

LEI nº 8069 de 13 de julho de 1990, DOU em 16 de julho de 2006.

LIMA, Priscila Augusto. Educação inclusiva e igualdade social - São Paulo – Avercainp, 2006

MAZZOTTA, marcos J.S. Educação Especial no Brasil: História e Política -5ª edição – São Paulo – Cortez ,2005.

MINAYO, Maria Célia de Sousa, O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde – 9ª edição revista e aprimoramento – São Paulo: Huctec, 2006

MEC. DIREITO A EDUCAÇÃO, Subsídios para a gestão dos sistemas educacionais : Orientações gerais e marcos legais - Brasília: MEC, 2004.

PEREIRA, Olívia *et alii*. Educação Especial: atuais desafios. Rio de Janeiro, Interamericana, 1980.

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, Secretaria municipal de Caridade, 2005

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão. Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro, WVA, 1997.

SILVA, Jussara da Silva Freitas, A possibilidade de uma escola inclusiva – Relato de Experiência.

SILVA, Maria do Socorro. Educação do Campo – Uma relação construída ao longo da história,

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa – ação. Editores Associados, 2000 V. 5, p. 14, 27, 32, 56, 74.

UNICAMPO. Conhecimento para o desenvolvimento humano. Governo do Estado do Ceará, janeiro de 2006.

VEIGA, José Eli da . Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas – SP: Autores Associados. 2002

VYGOTSKY, L.S. - A formação social da mente - São Paulo: Martins Fontes, 1984

Texto original publicado no livro – “Inclusão e Cidadania” Organização de Maria Lúcia Wiltshire de Oliveira – Niterói RJ – Nota Bene, 2000 (pág. 83-88).

ANEXO

Roteiro da entrevista semi-estruturada.

2.1 Que mecanismo o governo municipal implantará na educação do campo e na Educação Especial.?

2.2 Conforme dados da SEDUC, o município tinha 59 escolas e hoje apenas 29, reduzindo em quase 50% os números de alunos, qual fator contribui para isto?

2.3 O que avançou com relação à educação especial nos assentamentos de Caridade?

2.4 Questionário (Perguntas)

1) N° de deficientes físicos nos assentamentos.

2) Dos deficientes físicos quantos estão freqüentando a escola, ou com necessidades especiais

3) Quantos já freqüentaram.

4) N° de escolas existentes nos assentamentos.

5) N° de escolas com condições/preparadas para receber alunos portadores de deficiências.

6) N° de profissional qualificado pelas instituições publicas para o trabalho de educação com portadores de deficientes físicos

7) O que os conselhos municipais vêm fazendo para inserir os deficientes nas escolas dos assentamentos?

8) O que fazer para inserir os portadores de deficiências nas escolas dos assentamentos?

9) Como a família vê a inserção dos deficientes nas escolas?

2.5 Como vêm o descumprimento da LDB, no tocante a acessibilidade dos alunos com necessidades especiais?

Assentamento Carneiro: A educação especial é um direito Constitucional, mas para isto prevalecer, precisa ser mudado muita coisa, 1 - respeito ao cidadão, 2 – Obedecer as leis, 3 – responsabilidade e solidariedade (Presidente da Associação).

Assentamento de Serrote: Depois de muito tempo tentando uma melhor condição de aprendizagem e terapias para o meu filho especial, consegui mas o transporte foi negado (Usuário Pai de aluno).

Assentamento Pajeuna: A escola é um bem comum, mas a daqui do Assentamento falta tudo inclusive a energia e o professor qualificado. (Assentado).

Assentamento 19 de Abril: A escola é o meio mais eficaz da melhoria de vida porém os responsáveis pelo Poder Público local não cooperam fazendo a sua parte. (Representante do Fórum dos Assentados).

Gestor Municipal: Vejo que mesmo sendo um assunto que vem sendo apresentado há um bom tempo, e diante desse trabalho da aluna Gerusa, poderemos a parti de então estimular e iniciar atividades visando o bom cumprimento da execução das políticas, que possam realmente oferecer um bom atendimento aos portadores de necessidades educativas especiais. Acredito ser esse o marco inicial para que implemente-se essa política.

Estabelecer conexões entre os poderes e as secretarias, buscando implementar praticas de ações que possa atende a esta clientela

TABULAÇÃO DOS DADOS DOS QUESTIONARIOS

5.0. Percepção dos coordenadores e professores

(questionários aplicados)

(09) Nenhuma condição

6.0. Números de Profissionais Qualificados?

(08) não existe

(01) qualificado

7.0. O que Conselhos tem feito?

(07) Nada Feito

(01) Precisa Mobilizar a sociedade

(01) Precisa preparar educadores

8.0. O que fazer para inserir os portadores nas escolas?

(09) disseram que precisam de estrutura e capacitação dos professores

9.0. Como a família vê a inserção do deficiente na escola?

(05) desejam incluir

(02) acham que os filhos não são capazes

(01) acha que precisa adaptar a escola

(01) tem que trabalhar o preconceito

5.0. Percepção dos dirigentes de associações

(07) Nenhuma condição

6.0. Números de Profissionais Qualificados?

(07) Nenhuma condição

7.0. O que Conselhos tem feito?

(07) Não tem atuação

8.0. O que fazer para inserir os portadores nas escolas?

(07) todos eles precisam de melhorar a infra-estrutura

9.0. Como a família vê a inserção do deficiente na escola?

(05) disseram que isso

(02) precisam adaptar a escola

Percepção do gestor municipal

4.0. Número de Escolas nos Assentamentos?

(03) Escolas Municipais

(03) Escolas Cedidas

5.0. Números de Escolas com Condições

(01) Nenhuma inexistente

6.0. O que Conselhos tem feito?

(01) Apenas um profissional foi capacitado e trabalha na Zona Urbana

7.0. O que fazer para inserir os portadores nas escolas?

(01) Já está sendo iniciada discussões afim de se estabelecer diretrizes para possibilitar a inserção desta clientela.

8.0. Como a família vê a inserção do deficiente na escola?

(01) qualificar os profissionais que trabalham nos assentamentos, estabelecer conexões entre os poderes e as secretarias buscando implementar práticas e ações que possam atender as demandas.

9.0. Como a família vê a inserção do deficiente na escola?

(01) acredito que todas as famílias querem suas pessoas portadoras com necessidades especiais tenham este atendimento e que sejam tratadas igualmente. Vejo que sendo um assunto que tem apresentado a um bom tempo, este trabalho de pesquisa executado pela aluna Gerusa poderá propiciar e estimular as iniciativas e atividades visando o bom cumprimento da política e

execução que possam realmente um bom atendimento, acredito que este é o marco inicial.